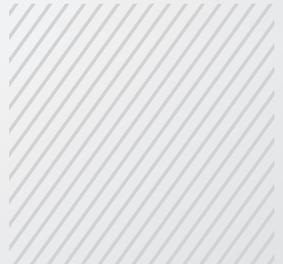
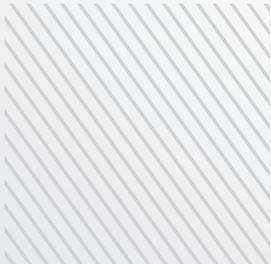




Câmara Municipal de Porto Alegre

# RELATÓRIO DA FRENTE PARLAMENTAR CONTRA A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

Um Raio X da Violência  
na rede municipal de Porto Alegre



# SUMÁRIO

1 PALAVRAS DOS VEREADORES .....	2
2 INTRODUÇÃO .....	9
3 PROBLEMATIZANDO A VIOLÊNCIA ESCOLAR EM PORTO ALEGRE .....	10
4 RELATÓRIO DAS ATIVIDADES .....	20
5 PESQUISA DE PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA ENTRE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO .....	62
6 RECOMENDAÇÕES .....	73
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	74
8 REFERÊNCIAS .....	76
9 ANEXOS .....	78

## **1 PALAVRAS DOS VEREADORES**

Um trabalho pelo futuro da nossa cidade

*Prof. Alex Fraga, presidente da Frente Parlamentar*

Diante do quadro atual de extrema insegurança, decorrente do aumento dos índices de violência, é praticamente unânime a identificação da educação como a forma mais efetiva de diminuição de uma das principais causas desse panorama negativo: a desigualdade social.

O papel fundamental das escolas e dos professores deveria ser cada vez mais valorizado, mas o que parece lógico não é aplicado no Município de Porto Alegre. A deterioração progressiva dos espaços escolares, a falta de integração entre as Secretarias de Educação, de Segurança, de Obras e Viação (entre outras pastas), faz com que os estabelecimentos de ensino e o seu entorno tornem-se ambientes de grande vulnerabilidade, onde a escola transforma-se em um ambiente que reproduz, em menor escala, o contexto da comunidade onde está inserida.

Sendo a maioria das EMEF situadas em bairros pobres e de periferia, onde, na maioria das localidades, o tráfico de drogas domina a rotina e dita as regras, agressões físicas, verbais e psicológicas fazem parte do dia a dia de professores, estudantes, funcionários e familiares. As tentativas isoladas, por parte de alguns educadores e direções, de controlar tais conflitos mostram-se bastante limitadas, sendo imprescindível a ação do poder público, que se omite em muitas questões, como na implementação de leis já vigentes no Município e que, se colocadas em prática, poderiam contribuir para evitar a maioria dos conflitos diários.

Nós, professores, somos extremamente cobrados com relação ao desempenho e formação de nossos alunos, mas, para desenvolvermos um trabalho com a qualidade que certamente podemos oferecer, precisamos de um ambiente adequado em que não nos sintamos rotineiramente ameaçados e inseguros. A Frente Parlamentar contra a Violência nas Escolas nasceu decorrente de minhas vivências como docente e da inconformidade diante de sistemáticas agressões sofridas por colegas no desempenho de suas funções, pois reconheço a importância do nosso trabalho para o futuro de nossa sociedade.

## Pela construção de uma educação sem violência

*Fernanda Melchionna*

Estamos presenciando uma crise na segurança pública em Porto Alegre. Um reflexo da crise política e econômica que vive o país. O aumento do desemprego, o arrocho salarial e custo de vida, juntamente com a redução de verbas para áreas sociais. A insegurança que percebemos na nossa cidade tem reflexos no ambiente escolar.

Ano passado, como presidenta da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança (CEDECONDH), nos atentamos aos vastos relatos de “toques de recolher” nas escolas do município.

Ao elaborarmos o “Mapa dos Direitos Humanos, do Direito à Cidade e da Segurança Pública de Porto Alegre 2015” na CEDECONDH, percebemos a relação que existe entre a insegurança social com a desigualdade na cidade, a violação do direito à cidade e dos direitos humanos. Neste Mapa, conseguimos traçar uma geografia desta desigualdade em Porto Alegre, fruto da exclusão das famílias pobres e trabalhadoras para as periferias da cidade. Junto a isso, a precarização dos serviços públicos.

Tendo em vista esse trabalho, contribuimos na construção da Frente Parlamentar Contra a Violência Nas Escolas, que durante o ano passado realizou reuniões e audiências que trouxeram à tona um problema crônico que os professores e as professoras do município têm enfrentado. Agressões verbais, agressões físicas, toques de recolher e assédio moral não podem ser naturalizados. A prefeitura tem que ter políticas públicas de enfrentamento a esses problemas.

Segundo a pesquisa que realizamos na CEDECONDH ano passado, que também está presente no Mapa Dos Direitos Humanos, 93% da população carcerária não possui ensino médio. É um dado alarmante. A construção de políticas públicas de combate a violência passa pela valorização da educação, da melhoria da estrutura das escolas e valorização profissional.

A principal demanda apresentada pelas escolas na Frente Parlamentar foi a necessidade de Guarda Municipal em período integral. O município tem que ter política de prevenção

no ambiente escolar. Deve haver o chamamento e capacitação dos profissionais aprovados no último concurso.

O descaso com que é tratada a educação em nível estadual não pode ser um exemplo a ser seguido pela prefeitura. A ameaça do parcelamento dos salários dos servidores é um escândalo e vai na contramão do acúmulo dos debates realizados acerca do enfrentamento da violência nas escolas. A violência institucional, desvalorização e assédio moral também não podem ser naturalizados. O município deve ter responsabilidade na garantia e manutenção de uma educação pública de qualidade.

Nestas demandas, nosso mandato é parceiro na construção da escola que almejamos, juntamente aos professores, demais sujeitos da comunidade escolar e colegas vereadores(as) que têm construído essa Frente Parlamentar, que seja atuante, com apoio das demais secretarias do município, na redução das desigualdades na cidade e, concomitantemente a isso, da violência social.

## A educação cidadã exige espaço, qualidade e segurança

*Sofia Cavedon*

O Brasil tem novo Plano Nacional para os próximos 10 anos da Educação. Deve expandir significativamente as vagas, e qualificá-las, da Educação Infantil ao Superior. Indica chegar a 10% do PIB em investimentos, progressivamente.

Este é o primeiro plano na história do Brasil que resulta de duas Conferências Nacionais, de amplo debate com a sociedade e o Congresso Nacional e consolida legislações que estabelecem novos patamares para esta área estratégica.

Um deles é a valorização dos profissionais. Precedido pela Lei do Piso Salarial, o novo PNO determina que, em cinco anos – até 2020, portanto, os rendimentos dos professores devem ser equiparados à média dos demais profissionais com Ensino superior. Os professores paulistas afirmam, por seu sindicato e em greve no ano passado, que, para alcançar esta meta, seria necessário aumento real de 75%. Tamanha a defasagem desta área, a quem todos apontam como solução para os problemas brasileiros, da corrupção ao desenvolvimento econômico, da segurança à saúde.

No espaço físico das escolas, não é diferente. Enquanto outras áreas do serviço público – bancos, Justiça, Ministério Público, Parlamentos - trabalham em espaços confortáveis, modernos e luxuosos até, à educação, quando passou a ser direito de todos, destinou-se lugares empobrecidos, sem manutenção, sem conforto, inseguros e nada estimuladores da boa convivência, da inventividade e da vontade de estudar.

Esta dimensão também deverá evoluir significativamente. Apresentamos para a Porto Alegre e queremos construir com a sociedade uma lei que determine que toda a construção e reforma de escolas deva, precedida de discussão com a comunidade escolar, garantir condições como:

Conforto ambiental: adequação térmica, luminosa, visual, acústica e estética ao desenvolvimento das atividades escolares; espaços adequados para as práticas de Educação Física, auditórios e salas multiuso para cultura e salas de estudos para professores, bibliotecas escolares com espaço para pesquisa e contação de histórias, além do acervo atualizado,

Eficiência hídrica e energética, com reaproveitamento da água para uso em sanitários, lavagens e irrigação; e busca de fontes alternativas de energia, tanto para a educação para práticas sustentáveis quanto para otimizar recursos

Projeto paisagístico que propicie práticas de educação ambiental e contribua no conforto térmico, acústico, visual e segurança do ambiente escolar; Infraestrutura e tecnologias adaptáveis à realização da ação educativa de acordo com o Projeto Político Pedagógico de cada escola.

Todas estas dimensões fazem parte da ideia que o espaço escolar precisa acolher bem professores, alunos, pais, funcionários. Estar cada vez mais permeável às manifestações sociais e culturais do entorno é essencial para um currículo significativo e transformador; no entanto, as garantias de mediação de conflitos, de proteção da ação pedagógica da violência que entranha a sociedade, é fundamental.

Para além do guarda escolar fixo, integrado e construtor no Plano Político Pedagógico, a prefeitura deve ofertar formação permanente e qualificada para a compreensão do fenômeno e para a construção de melhores alternativas para trabalhar com ele. A ação integrada com as demais políticas públicas também se faz necessária, pois, se a escola pode muito, é bem verdade, ela não pode tudo. As dimensões

assistenciais, protetivas, sociais e econômicas que atingem a vida de nossos alunos e alunas são elementos a serem considerados em nosso planejamento, mas demandam a ação de outras secretarias e órgãos. Nesse sentido, o funcionamento pleno da Rede de Atendimento dos direitos da criança e do adolescente em cada região e a possibilidade da participação permanente da escola através da equipe diretiva, é fundamental.

Uma educação cidadã exige novos espaços físicos, orçamentários e curriculares e só acontecerá com o protagonismo de todos os segmentos da comunidade escolar, com a gestão democrática desde a sala de aula até o sistema, plenamente ativada e respeitada nas suas deliberações. Vamos construí-la!

## A ausência de limites compromete a educação

*Dr. Thiago Duarte*

A falta de limites às crianças, em casa, o bullying se somando ao tráfico têm gerado violências de proporções até então nunca imaginadas no ambiente escolar.

Alunos que se revelam intolerantes e, de certa forma intocáveis, tem tirado o sossego dos professores que sofrem diretamente com a violência. A falta de uma política de acompanhamento dos atos dos infratores dentro da sala de aula tem gerado apreensão da sociedade. O vandalismo se faz presente no cotidiano escolar quando um estudante depreda carteiras, portas, janelas, armários, ventiladores, enfim, agride colegas e educadores e não respeita nem o guarda da Escola, que cumpre o papel de zelar por todos eles.

Os Conselhos procuram fazer a mediação, mas isso não tem sido mais suficiente. O Estatuto da Criança e do Adolescente prioriza direitos em detrimento dos deveres de quem frequenta uma escola. Por outro lado, os conflitos sempre existiram no ambiente escolar, por se tratar de um espaço social em que os alunos estão aprendendo a conviver com as diferenças e a socialização do mundo. Mas esta falta de critérios de convivência tem ultrapassado os limites da boa educação.

É preciso que haja limites para se viver em sociedade, que começam na escola e se estende pelas ruas. O ambiente escolar não deve se tornar propício à impunidade. A violência é fruto da falta de educação que deve iniciar em casa.

## Esporte contra a violência

*Vereador Tarciso Flecha Negra*

A violência, hoje em dia, está presente em praticamente todos os setores da nossa sociedade. Nas escolas, este fenômeno apenas reproduz o que vivemos diariamente nas ruas. Os ambientes escolares deixaram de ser lugares protegidos e muitos pais perderam a tranquilidade ao levar os filhos à escola. A ausência de regras claras de convivência entre alunos e professores contribui para o crescente índice de violência nos colégios.

Embora esteja presente em todos os níveis de escolaridade, a violência assume formas, tipos e níveis diferenciados em cada um deles. Em algumas ocasiões, a troca de violência é de tal ordem que fica difícil identificar quem é o agressor e quem é a vítima.

A indisciplina na sala de aula é uma das formas de violência escolar mais comuns. Traduz-se por comportamentos perturbadores do funcionamento da aula e em comportamentos de provocação, de desafio da autoridade do professor, passando por agressões verbais e físicas entre alunos.

O bullying é considerado um dos maiores problemas da convivência entre alunos. A consequência é uma sensação de medo e insegurança que atrapalha os estudos, pois afeta o rendimento e não torna o ambiente propício para o aprendizado.

Os pais e encarregados de educação têm, obviamente, um papel decisivo nesta questão, já que são eles os primeiros e mais importantes modelos de comportamento para os seus filhos. Se as suas próprias práticas vão no sentido de pregar por comportamentos de não-violência, respeito pelo próximo, afeto, valorização da escola e pela resolução dos problemas sem agressividade, os seus filhos, na grande parte dos casos, também agirão assim.

Não se pode esquecer, jamais, a importância da família no desenvolvimento da criança. Não se pode ignorar que é na família que, muitas vezes, são encontradas as causas dos vários problemas de comportamento da criança.

É de fundamental importância, também, cuidar melhor da formação dos professores e garantir que eles tenham uma assessoria compatível com suas necessidades. Mesmo sem formação específica, os professores desenvolvem conceitos e estratégias, que podem não ser sempre as melhores, para detectar e trabalhar com a

violência. A presença de um psicólogo escolar, capaz de orientar os professores quanto aos indícios dessas violências, poderá desencadear ações preventivas e desenvolver programas de alerta para os pais e para a comunidade, aplicando instrumentos especiais para detectar se os alunos estão sendo vítimas de violência em casa, o que acarreta um comportamento violento dentro da escola.

Para alcançar a reversão deste quadro de violência que assola as escolas é necessário investir muito em pesquisas, para melhor conhecer as causas do comportamento violento que se registra nesse ambiente. Entretanto, não basta pesquisar apenas as possíveis causas do comportamento agressivo da criança e do adolescente. É preciso focar também a violência silenciosa, diária, que pode provocar um efeito cumulativo e trazer sérios prejuízos aos alunos, podendo explodir em violência aparentemente sem sentido.

As escolas precisam, mesmo que muitas vezes não tenham a estrutura necessária, estimular a prática de esportes entre os alunos, para produzir um ambiente favorável nos colégios e, assim, servir como um incentivo para a diminuição da violência. Uma prática esportiva em que a criança se sinta realizada do ponto de vista de sua formação mental e física faz com que ele se afaste de coisas negativas, como as drogas e os crimes.

A prática regular de exercícios desperta a paixão nas crianças e adolescentes. Mostra a importância do trabalho coletivo e pode desenvolver nos alunos as competências que lhes permitirão resolver os conflitos de maneira pacífica. O esporte, de modo geral, auxilia as pessoas a canalizarem suas energias e ansiedades para aquela atividade desportiva, descarregando todo o fardo emocional que está sobre a pessoa, independente de sua idade ou classe social.

Os jovens que não possuem condições financeiras acabam ficando sem perspectivas para o futuro, devido aos inúmeros obstáculos que os impedem de sonhar com uma vida de mais conforto. Isso os sufoca e os deprime. Em situações como essa, a importância do esporte aumenta ainda mais. A prática esportiva ajuda qualquer pessoa a recarregar suas forças emocionais, permitindo assim que os alunos possam almejar superar suas dificuldades.

O diálogo entre a escola e a comunidade em que ela está inserida é muito importante para a compreensão da violência e para se pensar maneiras de se promover uma cultura de paz no ambiente escolar e em seu entorno. Ao contrário da indisciplina, a violência na escola pode não ser um caso pontual, que acontece de uma hora para outra, mas algo que é desencadeado por uma série de fatores que devem ser levados em conta, entre eles, o contexto em que a escola e os próprios alunos estão inseridos.

É importante a comunidade saber que aquele prédio onde funciona a escola

pertence a ela também, que ela pode frequentá-lo durante o final de semana. A escola pode servir como equipamento de lazer e prática de esportes dentro dos bairros.

## **2 INTRODUÇÃO**

Este relatório é uma compilação e problematização das atividades do primeiro ano da Frente Parlamentar Contra a Violência nas Escolas, instalada na Câmara Municipal de Porto Alegre por iniciativa do vereador Prof. Alex Fraga.

O tema da violência é recorrente em qualquer conversa pelas ruas de Porto Alegre. Vivemos uma séria crise da segurança pública, porém, esse processo quase naturalizado de vivermos em um cotidiano de violência muitas vezes silencia o impacto dessas situações nas comunidades escolares. Educadores, estudantes e pais convivem com esse processo que se apresenta de diferentes aspectos. A violência escolar pode ser uma consequência da reprodução das relações atuais da sociedade brasileira, mas também apresenta aspectos distintos originais das relações construídas no interior da vida escolar. Diante dessa problemática, faremos uma reflexão teórica acerca da Violência escolar e suas múltiplas variantes que podemos resumir em três aspectos gerais: Violência na Escola, Violência da Escola e Violência contra a Escola.

Durante o primeiro ano de atividades da Frente, o foco foi tratar do tema nas escolas de ensino fundamental da rede municipal de ensino. Essa escolha processou-se devido à ocorrência de incidentes violentos em escolas dessa rede e também por ser a rede que responde à esfera municipal de fiscalização própria da Câmara Municipal. As escolas da rede municipal estão, em sua maioria, localizadas em bairros periféricos. Atuam nas comunidades onde a violência social está mais presente, normalmente vinculada às atividades do narcotráfico.

Como parte dos trabalhos da Frente, foram realizadas reuniões temáticas e também reuniões nas diferentes regiões de Porto Alegre. Foi utilizada essa metodologia para abarcarmos distintos fenômenos da violência na escola, bem como de possibilitar a consulta à população da cidade.

Por fim, uma iniciativa importante foi a realização de uma pesquisa sobre a percepção da violência entre os professores e professoras das escolas da rede municipal

de ensino. Os dados dessa pesquisa estão anexados no final do presente relatório e apontam a dimensão do problema entre o magistério municipal.

### **3 PROBLEMATIZANDO A VIOLÊNCIA ESCOLAR EM PORTO ALEGRE**

O objetivo deste capítulo do relatório é abordar teoricamente o tema da violência nas escolas<sup>1</sup> para assim buscar compreender melhor o fenômeno em Porto Alegre. Um tema fundamental em relação à situação dos direitos humanos que frequentemente é silenciado ou esquecido, mas que persiste no cotidiano da sociedade. Um problema que merece maior atenção e necessita de um esforço para a sua análise e para formulação de políticas públicas.

As escolas como instituições construtoras do conhecimento se estabelecem como referência das comunidades e se relacionam com seus agentes de forma marcante. Um dos problemas mais relevantes é a violência nas escolas brasileiras.

Podemos definir violência escolar como:

Todos os atos ou ações de violência comportamentos agressivos e antissociais, incluindo conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos, marginalizações, discriminações, dentre outros praticados por entre a comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, familiares e estranhos à escola) no ambiente escolar. (ABRAMOVAY, M. 2006, p.19)

Diante da amplitude do fenômeno, precisamos levar em conta múltiplos fatores tanto externos como internos às instituições de ensino. No aspecto externo, influenciam as questões de gênero, raciais, midiáticas e socioespaciais. Entre os fatores internos,

---

<sup>1</sup> Texto elaborado originalmente para publicação da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (CEDECONDH) chamada Mapa dos Direitos Humanos, do Direito à Cidade e da Segurança Pública de Porto Alegre 2015. Organizado por Fernanda Melchionna e Nina Becker. Porto Alegre: Stampa Comunicação, 2015. A autoria presente texto é de Marcus Vinicius Martins Vianna, Professor e atualmente Supervisor de Gabinete Parlamentar do Mandato do Prof. Alex Fraga.

devemos levar em conta a idade e a série dos estudantes, as regras e a disciplina dos projetos pedagógicos das escolas, bem como o impacto do sistema de punições, a relação professor-estudante.

Segundo o educador francês Eric Debarbieux (apud ABRAMOVAY, 2006), as escolas de periferia que atendem aos estudantes mais pobres estão mais suscetíveis a aspectos externos como a questão do desemprego e da vulnerabilidade social das famílias. Nesses espaços, os estudantes também experimentam maior participação em gangues e grupos vinculados à criminalidade.

Embora os fatores externos sejam realmente importantes, a realidade interna apresenta uma série de possibilidades. As escolas devem encarar seu papel estratégico de proteção e garantia dos direitos, além da qualidade da educação.

Os pesquisadores em educação Elis Palma Priotto e Lindomar Wessler Boneti, no artigo intitulado Violência Escolar: na Escola, da Escola e contra a Escola, classificam a violência escolar em três formas:

a) **violência na escola** é caracterizada “por diversas manifestações no cotidiano da escola, praticados por e entre professores, alunos, diretores, funcionários, familiares, ex-alunos, pessoas da comunidade, estranhos em que se encontra a escola”. (PRIOTTO, E.; BONETI, L., 2009)

b) **violência da escola** é compreendida como:

Todo tipo de práticas utilizadas pela instituição escolar que prejudicam os seus membros (qualquer um destes) como: os fracassos escolares, falta de interesse em permanecer na escola, o conteúdo alheio aos interesses dos alunos e do mercado de trabalho, os preconceitos (racismo), a desvalorização (tanto da instituição para com o aluno, como do aluno para si mesmo). A indisciplina, a expulsão, a intimidação, o ameaçar – abuso do poder (baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de símbolos de autoridade por parte dos professores, diretores e supervisores exemplo: avaliação, atribuição de notas, entrega do boletim), a marginalização, as discriminações existentes quase que diariamente na escola,

onde se destacam como violentas situações que não envolvem a força, mas se caracterizam por ações de força. (PRIOTTO, E.; BONETI, L., 2009)

c) **violência contra a escola**, caracterizada por “atos de vandalismo, incêndios e destruição e roubo ou furtos do patrimônio como: paredes, carteiras, cadeiras, portas, cabos de fiação, cabos de telefone, materiais e equipamentos das instituições escolares e outros”. (PRIOTTO, E.; BONETI, L., 2009)

Outra dimensão que precisa compor a análise sobre a realidade das escolas brasileiras é a precarização das condições dos docentes, sejam elas em função dos baixos salários, que se traduzem em longas jornadas de trabalho para compor a renda familiar, ou no assédio moral promovido pelos gestores contra os trabalhadores. Como parte da composição do ambiente, é preciso relacionar as condições de todos os agentes da comunidade escolar. Além disso, temas como infraestrutura destes equipamentos são relevantes para compreendermos o todo; afinal, o sucateamento dos equipamentos das escolas com a superlotação, ausência de laboratórios, bibliotecas, espaços de lazer ou convivência e a oferta de vagas distante dos locais de residência dos estudantes são dimensões que nunca podem ser desconsideradas.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, embasado em uma pesquisa realizada pelo Instituto Data Popular, “Educação motor de um país melhor” de 2014, 28% da população pesquisada percebe como principal problema da educação pública no Brasil a falta de segurança na escola/violência.

Na Avaliação Nacional de Rendimento Escolar (Prova Brasil 2013), as percepções sobre violência na escola são medidas pela opinião dos diretores e professores por Unidade da Federação e de estudantes por regiões do país.

Do total dos diretores respondentes, 1.687 responderam que professores e funcionários da escola que dirigem teriam sofrido agressão verbal ou física de estudantes, enquanto 999 responderam que tal violência não ocorreu nas escolas que dirigem.

Em outra pergunta, 2.195 responderam afirmativamente com relação a agressões verbais ou físicas de estudantes a outros estudantes da escola e apenas 490 negaram tal ocorrência.

Quando perguntados sobre a ocorrência de estudantes que frequentaram a escola portando armas: 546 responderam sim para arma branca e 77 responderam sim para arma de fogo, ao passo que as respostas negativas foram 2.146 para armas brancas e 2.612 para arma de fogo.

Sobre se teriam sido vítimas de roubo (com uso de violência), 38 disseram que sim (1,4%) e 2654 disseram que não (98%). Entretanto, em relação a furtos, a pesquisa teve 236 respostas sim (8,7%) e 2.455 não (90,7%).

Frente à pergunta: “Você foi ameaçado por algum aluno?”, 294 responderam sim e 2.397 responderam não. Com relação à pergunta “Você foi vítima de atentado à vida?”, 57 responderam sim enquanto 2628 responderam não.

Quanto a percepção de professores, 6.217 disseram ter ocorrido em sua escola agressão verbal ou física de estudantes contra professores ou funcionários, enquanto 4.971 disseram não (54,4% sim e 43,5% não). No que se refere à agressão verbal ou física entre estudantes, 8.525 disseram sim (74,6%) e 2.637 disseram não (23%).

Com relação à ocorrência de estudantes frequentando a escola portando armas, os professores responderam que 647 sim (5,7%) e 10.518 (92%) não para armas brancas e 88 sim (0,8%) e 11.065 (96,8%) não para armas de fogo.

Quando perguntados “Você foi ameaçado por algum aluno”, 1071 responderam que sim (9,4%) e 10.122 disseram que não (88,5%). Já na questão “Você foi vítima de atentado à vida”, 147 disseram que sim (1,3%) e 11.029 responderam que não (96,5%).

Quando perguntados se teriam sido vítima de roubo (com uso de violência), 97 disseram que sim (0,8%) e 11.093 disseram que não (97%). Entretanto, quanto à vitimização em relação furtos, teve 641 respostas sim (5,6%) e não 10.554 (92,3%).

De acordo com a pesquisa, 1 a cada 8 alunos do 9º ano do Ensino Fundamental faltou à escola por não se sentir seguro no caminho entre sua casa e a escola ou na própria escola. Na Região Sul, foram 11,2%, sendo maior a incidência sobre estudantes da rede pública de ensino (11,6%). Deste universo, 8,1% faltaram por medo de violência no trajeto até a escola, enquanto 7,4% por medo na própria escola.

Um percentual de 23,2% dos estudantes perguntados reconheceu que humilhou seus colegas de escola no ano de 2012, um percentual acima da média nacional, que é 20,9%. Vale destacar que a maioria dos casos ocorre entre estudantes do sexo masculino (28,5%) matriculados na rede privada de ensino (25,4%).

Como reflexão dos dados supracitados, Pröglhöf:

É interessante perceber, no entanto, que, apesar da existência de situações graves e de fato criminais – como ameaças e o efetivo atentado à vida de professores e diretores, bem como porte de armas, furtos e roubos – são ainda as pequenas violências cotidianas e de nível interpessoal – agressões físicas e verbais, intimidações e humilhações – as que mais se verificam no ambiente escolar. (PRÖGLHÖF: 2015, p.130)

## **Violência Escolar em Porto Alegre**

Apenas nos anos de 2014 e 2015, assistimos em Porto Alegre a fatos de violência documentados pela imprensa ou expostos nas redes sociais que demonstram a gravidade do problema e não estão disponíveis publicações oficiais sobre tais ocorrências.

São exemplos desse processo a agressão sofrida por um professor da Escola Municipal Ensino Fundamental Presidente Vargas, no dia 26 de agosto de 2014, por um tio de um estudante. Diante do ocorrido, ficou evidenciado o mérito da preocupação da Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre (Atempa) em exigir por parte da Prefeitura Municipal que a Guarda Municipal tenha, no mínimo, um agente de segurança em cada escola da rede municipal, com formação específica para atuar no contexto escolar.

Na Escola Municipal Ensino Fundamental Heitor Villa Lobos, ocorreu evento semelhante, em que a mãe de uma das estudantes agrediu duas vice-diretoras. São exemplos de violência nas escolas contra os professores e a comunidade escolar.

Depois desses fatos, foi criada na Câmara Municipal de Porto Alegre, no mês de maio de 2015, uma Frente Parlamentar Contra a Violência nas Escolas presidida pelo vereador Prof. Alex Fraga (PSOL) para instituir um fórum permanente de debates sobre a violência escolar com todos os atores envolvidos no processo (entidades públicas, sociais, comunidades e professores), com o objetivo de buscar políticas públicas que minimizem o impacto da violência nas escolas.

Dois exemplos podem ser classificados como violência contra a escola: assaltos frequentes e os chamados “toques de recolher”. Como primeiro exemplo, citamos o caso emblemático do estudante do Colégio Estadual Protásio Alves que foi esfaqueado, no dia 08 de julho de 2015, ao sair da aula. Neste caso, a comunidade escolar e o movimento estudantil, com a liderança do Grêmio Estudantil, realizaram três protestos que transformaram o caso em pauta da imprensa.

Mas um fenômeno ainda não analisado em sua proporção e complexidade são os chamados “toques de recolher”, que afetam o cotidiano das aulas de nossas escolas. Segundo matéria vinculada no Jornal Diário Gaúcho do dia 01 de julho de 2015, o problema afeta “41 colégios localizados em regiões de grande vulnerabilidade social: Arquipélago, Bom Jesus, Mario Quintana, Restinga, Rubem Berta e Santa Tereza. No total, foram 20 dias em que algum dos locais mudou sua rotina por toque de recolher, informação de tiroteio, arrombamento ou incêndio. A questão extrapola o ‘ficar sem aula’: a insegurança toma parte do cotidiano”.

Por fim, conseguimos neste breve apanhado perceber um pouco das complexidades do tema da violência escolar em Porto Alegre, bem como a necessidade de um esforço de políticas públicas. É fundamental entender que, em uma realidade socioeconômica marcada por profunda desigualdade social, não serão as escolas “ilhas” de tranquilidade, mas um reflexo da complexidade social que vivemos.

O problema da segurança e da boa convivência nas escolas deveria ser tema de um Fórum Municipal de Prevenção à Violência nas Escolas, integrado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Educação, Ministério Público, Juizado da Infância e da Adolescência, Conselho Tutelar, Ordem dos Advogados do Brasil e secretarias municipais, conforme estabelece a Lei Municipal nº 8541, de 04 de julho de 2000, que institui o Programa de Prevenção à Violência nas escolas da rede municipal de ensino de Porto Alegre. Este Fórum, bem como outras medidas importantes da lei, não foi aplicado na cidade.

Outras duas leis municipais com temas relacionados à violência escolar deveriam ser implementadas para atuar sobre este cenário das violências cotidianas e interpessoais: a Lei Municipal nº 10.866, sobre o *bullying*, e a Lei nº 11.227, que estabelece medidas destinadas a inibir qualquer forma de violência contra professores da Rede Municipal de Ensino.

O espaço escolar é marcado por uma série de conflitos e também por dois problemas que o despotencializam: um deles é o *bullying* e o outro é a evasão escolar.

### **As violências na escola e o Bullying**

Porto Alegre conta com a Lei Municipal nº 10.866, de 26 de março de 2010, que “dispõe sobre o desenvolvimento de política ‘antibullying’ por instituições de ensino e de educação infantil públicas municipais ou privadas, com ou sem fins lucrativos”. A lei estabelece princípios como a busca para “evitar tanto quanto possível a punição dos agressores, privilegiando mecanismos alternativos como, por exemplo, os ‘círculos restaurativos’, a fim de promover sua efetiva responsabilização e mudança de comportamento”.

A matéria estabelece, ainda, o registro histórico das ocorrências de bullying em suas dependências. De acordo com a legislação, “as ocorrências registradas deverão ser descritas em relatórios detalhados, contendo as providências tomadas em cada caso e os resultados alcançados, que deverão ser enviados periodicamente à Secretaria Municipal de Educação”. Isto facilitaria pesquisas sobre a dimensão e as formas de ocorrência do fenômeno, que carecem de implementação por parte do governo municipal nas escolas. Tal carência também pode ser verificada nas Fichas de Comunicação de Aluno Infrequente (FICAIs), não havendo a tipificação de bullying nos dados disponíveis, embora as categorias “Resistência do aluno” e “Problema de relacionamento escolar” possam estar relacionadas a tais práticas.

### **Evasão Escolar em Porto Alegre**

Segundo o Relatório FICAI, produzido pelo Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessão (dados de janeiro de 2012 até setembro de 2014), foram abertas 45.140 Fichas de Comunicação de Aluno Infrequente.

2012	4.707
2013	15.051
2014	25.382
Total	45140

Fonte: Alípio José de Oliveira, Analista de Informações II (Procempa) FICAI Online.

Quanto aos motivos da infrequência, podemos observar no quadro a seguir as seguintes características:

Resistência do aluno	22.847
Suspeita de negligência	11.520
Distorção idade / série	6.310
Dificuldade de aprendizagem	5.986
Trabalhando	3.262
Reprovação / perspectiva reprovação	2.539
Problema de relacionamento escolar	2.374
Doença	2.004
Suspeita de envolvimento com drogas	1.780
Gravidez / maternidade / paternidade	1.213
Carência material	943
Falta de transporte	919
Frequentando outra escola	622
Violência no entorno da escola	504
Suspeita de violência familiar	405
Outros	16.895
<b>Total</b>	<b>45.148</b>

Fonte: Alípio José de Oliveira, Analista de Informações II [Procomp] FICAI Online.

Dentre os motivos da infrequência, os mais altos são a resistência do aluno (22.847) e a suspeita de negligência (11.520). Mas ainda incidem sobre este dado a dificuldade de aprendizagem (5.986), a entrada no mercado de trabalho (3.262), a reprovação/perspectiva de reprovação (2.539), problemas de relacionamento escolar (2.374), doença (2.004), suspeita de envolvimento com drogas (1.780) e gravidez na adolescência (1.213). Além disso, carência material, falta de transporte, violência no entorno da escola e violência familiar somam 2.771 registros, o que indica que a infrequência escolar é um problema multicausal e necessita de uma política transversal para ser superado.

No quadro a seguir, apresentamos a evasão no acumulado de 2012-2014, por nível de ensino em números absolutos:

**Quadro 3 - FICAls por nível de ensino- 2012 a 2014**

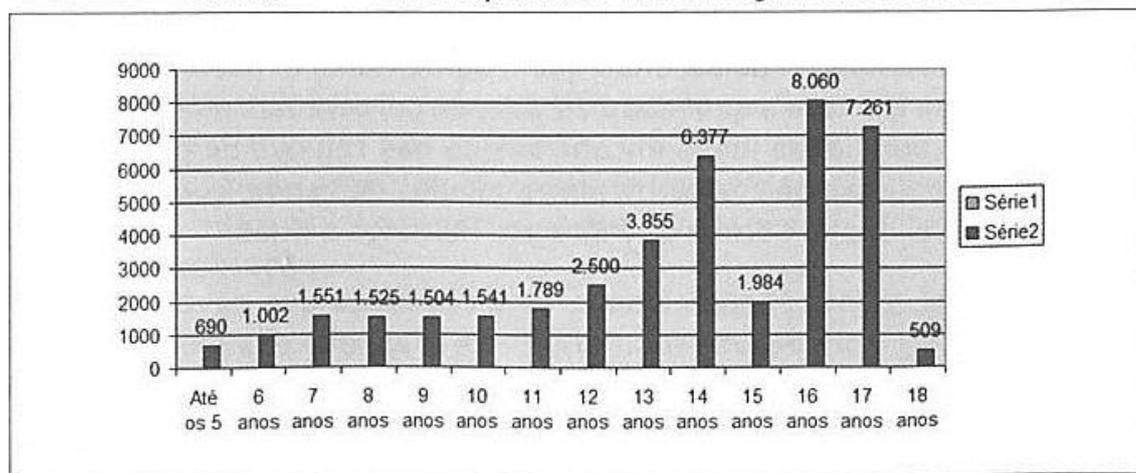
Educação Infantil	2.060
Ensino Fundamental	31.474
Ensino Médio	7.023
EJA	3.851

Fonte: Alípio José de Oliveira, Analista de Informações II [Procempa] FICAl Online.

Podemos verificar que a maior parte da evasão escolar ocorre no Ensino Fundamental (70,8%), seguida pelo Ensino Médio (15,8%).

Quanto à faixa etária da evasão escolar, podemos observar que 22.486 alunos que evadiram da escola entre os anos de 2012 a 2014 eram adolescentes. Ao passo que a idade escolar do Ensino Fundamental, segundo o MEC, é dos 6 aos 14 anos e do Ensino Médio é dos 15 aos 17 anos e a maior incidência de abandono escolar se dá no Ensino Fundamental, o fato dos adolescentes de 14 anos (6.377), 16 anos (8.060) e 17 anos (7.261) representarem os maiores índices de evasão pode indicar uma distorção entre a idade e a série.

**Gráfico - FICAls por idade - Porto Alegre - 2012 a 2014**



Do total de FICAls abertas, 5.861 estudantes (13%) retornaram pela ação da própria escola. Das 30.094 FICAls encaminhadas pelas escolas ao Conselho Tutelar, 6.783 (22,5%) retornaram à escola por ação do CT. Das 4.437 FICAls encaminhadas pelo CT ao Ministério Público (MP), 334 alunos retornaram, representando 7,52% de retornos.

Totalizando o retorno dos alunos evadidos, apenas 13.986 retornaram à escola. Portanto, temos 31.162 estudantes que abandonaram os estudos neste intervalo de 2 anos.

Ou seja, apenas 30,9% das comunicações de infrequência tiveram como resultado o retorno do estudante à escola, mediante a atuação da própria escola, Conselho Tutelar e/ou Ministério Público. O que podemos inferir desta taxa de retorno é que é pequena frente a uma realidade preocupante de abandono escolar, e que o conjunto das instituições vinculadas à educação e à promoção de direitos das crianças e dos adolescentes deve se debruçar sobre o tema e emergencialmente propor novas soluções que envolvam toda a comunidade escolar e o poder público.

## 4 RELATÓRIO DAS ATIVIDADES

A Frente Parlamentar Contra a Violência nas Escolas foi uma iniciativa do vereador Prof. Alex Fraga e foi aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal de Porto Alegre na sessão do dia 01 de abril de 2015.

O lançamento ocorreu no dia 15 de maio, no Plenário Ana Terra da Câmara Municipal de Porto Alegre e contou com a participação de vereadores e vereadoras, professores, especialistas em segurança e membros de diferentes comunidades escolares. Neste primeiro encontro, foi ministrada uma palestra com o Prof. Dr. Marcos Rolim, que é especialista no tema da segurança pública e se dedica a pesquisar a violência no contexto escolar.

O ano de 2015 foi marcado também por encontros temáticos sediados na Câmara Municipal e pela realização de reuniões em diferentes regiões da Capital. Como resumo, ocorreram as seguintes atividades:

- **18 de junho** – Violência no ambiente escolar: Vivências e compartilhamentos de casos. Esse evento contou com relatos de casos de violência escolar.
- **14 de agosto** – Reunião da Frente na Zona Norte, realizada no Centro Vida.
- **28 de agosto** – Reunião na Lomba do Pinheiro, realizada na EMEF Saint Hilaire.
- **11 de setembro** – Reunião na Restinga, realizada no CECORES (Centro de Comunidade da Vila Restinga).
- **02 de outubro** – A Escola e a Rede de Proteção da Criança e do Adolescente, atividade que contou com falas de representantes da SMED, DECA e Conselho Tutelar.
- **13 de novembro** – O tema foi o Assédio Moral contra os professores em Porto Alegre e a atividade contou com a presença, na mesa de debates, de representantes da Atempa, 38º Núcleo do CPERS e da Profa Dra. Márcia Vitorelo, que realiza pesquisas no campo da psicologia e a realidade dos educadores.

A seguir, um resumo dos principais pontos debatidos nas atividades da Frente ao longo do ano:

No encontro de abertura da Frente, depois de uma mesa de abertura com falas de representantes<sup>2</sup> de vários órgãos e instituições tivemos a oportunidade de assistir a uma palestra do Prof. Marcos Rolim. Esse se propôs pensar, dentro das múltiplas perspectivas da violência, como as escolas e o quadro de professores devem refletir e mudar normas básicas para prevenir as práticas de violências e, de uma maneira específica, o *Bullying*. Sobre esse processo, Rolim lembrou de sua pesquisa de mestrado em sociologia no PPG da UFRGS, que resultou na Dissertação intitulada “Bullying: o pesadelo da escola: Um estudo de caso e notas sobre o que fazer”. Vale inserir uma parte da fala que trata especificamente da relação entre regras e normas claramente estabelecidas e a disciplina na escola:

Uma coisa fundamental para se manter disciplina na escola: regras claras. Quando eu sei quais são os meus direitos, quando eu sei quais são as minhas obrigações e quando eu sei os procedimentos que tenho que adotar. Quando eu vou nas escolas, na entrada, eu pergunto se tem um caderno com as regras disciplinares da escola. Geralmente não é achado. Não aparece porque não foi impresso, não virou uma cartilha entregue de mão em mão, pra cada aluno, mãe, professor e funcionário. O professor pode marcar uma prova com 24 horas de antecedência? Não pode? Se não pode, o que faz? Essas coisas têm que estar claras, mas não estão em nenhum lugar. Os professores dizem que hoje em dia os alunos não respeitam mais as regras. E eu pergunto: que regra, cara pálida? Eu pergunto a vocês, qual é o procedimento quando um aluno levanta voz contra um professor? A gente não sabe como fazer, porque não

---

<sup>22</sup> Estavam representadas na mesa a SMED, a 1ª CRE – Seduc, Secretaria Municipal de Segurança, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Atempa e CPERS.

está escrito em lugar nenhum. Então, o professor improvisa.  
(ROLIM, 2015)

## **18 de junho – Violência no ambiente escolar: Vivências e compartilhamentos de casos**

Esse encontro da Frente foi dedicado à escuta de relatos de casos das Escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal. Utilizamos essa metodologia como forma de mostrar a dimensão qualitativa e empírica de como impactam o cotidiano das escolas as múltiplas variantes da violência escolar. A seguir, teremos as transcrições de algumas falas de professores, que não terão seus nomes verdadeiros divulgados, para evitar problemas posteriores, mas ressaltamos que essas falas ocorrem no dia da reunião da Frente em sessão pública na Câmara Municipal de Porto Alegre. Convém ressaltar que as falas estão transcritas conforme ditas no evento, daí o estilo coloquial do texto.

### **Professora A**

#### **Escola Municipal Ensino Fundamental localizada na Zona Leste de Porto Alegre**

Boa noite. A gente fez um texto com o relato do cotidiano da escola, com recortes gerais, então, vou começar lendo uma parte e depois vamos conversando:

A gente pode afirmar que atualmente a educação convive com a banalização da violência e o desgaste das relações de convivência e solidariedade. Isso é reflexo da nossa sociedade atual. A gente se espanta, hoje em dia, com os gestos de gentileza e cordialidade e não mais com os gestos de violência, ficou tão banalizado que a gente já não se surpreende mais. Isso é reproduzido na fala das crianças todos os dias, que tem um esquartejado, que tem um que foi morto, que foi incendiado, a casa arrombada. A gente sabe que a nossa clientela, que nós atendemos, que são oriundos da periferia, eles convivem com isso diariamente. Ou eles são vítimas ou eles são agentes da violência doméstica, que lida com crianças que são abusadas, crianças que são espancadas e isso acaba interferindo diretamente dentro da escola. E

que muitas vezes a gente não tem nenhum suporte para conseguir fazer o atendimento necessário porque a ênfase, o enfoque dessa criança não está na aprendizagem. Às vezes ele chega na aula e a primeira coisa que diz: “Professora, hoje a bala pegou a noite toda! A gente foi pra debaixo da cama, minha mãe chorava”. **E convivem com esse negócio do toque de recolher. Que a polícia nega, que diz que não existe e a gente sabe com as famílias ligando pra escola dizendo: “Hoje não manda tal horário, a gente vai buscar, porque tão dizendo que vai fechar, que não pode entrar, não pode sair, tem horário de entrar e sair, ...”.**

## **Professora B**

### **Escola Municipal Ensino Fundamental localizada na Zona Leste de Porto Alegre**

.+A nossa escola se caracteriza por não estar dentro da vila. Nós estamos localizados fora no pátio de uma universidade. Essa questão dos geradores no limite é bem uma tentativa de nos tirar do espaço. Então, por quê? Se a gente for procurar falar, nós sabemos que eles vão pedir o espaço que é deles e que eles querem que haja um estacionamento. Então, nós ficamos numa situação, mas os alunos estão bastante envolvidos com isso e a gente sabe que não pode haver geradores perto de escola, mas eles colocam os geradores dentro de containers porque não precisa nem pedir autorização para a Prefeitura. Então a gente sabe que a violência chega de várias formas. Mas assim, continuando o que a Fulana *[nome omitido para preservar o anonimato]* falou, a gente pensou também, um pouco assim, onde buscar esses espaços e no momento que nós somos professores e estamos em outras funções, o que a gente representa para aquela escola? **O que nós somos? Às vezes eu sinto a escola como uma panela de pressão, a gente está ali dentro, tudo chega para nós** e no momento, assim, que nós temos os programas, mas aí é cortada as verbas e quem sofre? A saúde e a educação. Mas a propaganda continua mantendo e dizendo que a escola funciona daquela forma. E

os pais chegam e dizem que a televisão está dizendo que existe tal programa, então vocês têm que fazer sim. E essa pressão chega pra nós sempre dessa forma que não é autoritária, né? Que na verdade se a sociedade está tão cheia de direitos onde é que fica os deveres? Porque a gente tem a secretaria lá e alguns pais telefonam e dizem: “Eu não vou chegar no horário”. Então se a escola terá que ficar aberta até as 19h ou 20h, não importa. **Não temos guardas e quem é que responde pela segurança? Agora, há pouco tempo, andaram circulando a escola mais carros pretos que andam lá e tentam chamar as nossas crianças pra dentro do carro. E pra onde a gente liga? Para a Brigada? Daí a Brigada leva algum tempo para chegar lá. Também tem uma situação, a gente vai até a comunidade buscar ajuda, nós fomos até a Brigada para chamar para a assembleia quando nossa diretora foi agredida, nós temos uma boa relação com os pais que mesmo com o acontecido, a escola se mobilizou. Nós chamamos uma assembleia e, quando chegamos lá, os oficiais da Brigada não nos olharam, como nós somos muito persistentes a gente esperou, sentou e começamos a falar. Daí um deles levantou a cabeça e disse pra nós: “Nome e função?”. Daí a gente disse nome e função, bom, saímos e fizemos o convite. No outro dia chegou o sargento lá e disse pra nós “Quem é que foi lá na escola se queixar? Quem é que foi no batalhão se queixar?”, aí só estava a Fulana, casualmente, e teve que enfrentar e manteve tudo bem, ficou tudo bem.**

## **Professora A**

### **Escola Municipal Ensino Fundamental localizada na Zona Leste de Porto Alegre**

**A nossa diretora ano passado foi agredida por um pai.** Foi uma situação a qual um casal estava se separando e a mãe estava com um nenê internado no hospital e a mãe tinha ligado e pedido para deixar a criança para uma outra pessoa, para uma tia. E a vice-diretora entregou a criança porque a mãe ligou pedindo. E daí, depois, mais tarde chegou a avó paterna e a criança já tinha ido embora com essa

tia, com essa dinda, e o pai no outro dia chegou furioso lá e abriu a porta dos professores e disse: "Onde está a diretora? Porque isso não se faz", ele ameaçou, disse que iria colocar fogo na escola, que ia bater em todo mundo. E ele só não bateu na diretora aquele dia porque os homens fizeram uma intervenção - e nós sem guarda. Foi uma situação que a gente ficou com medo, vai que ele resolva voltar e resolva agredir realmente todo mundo? **Aí, num ato de coragem, loucura, sei lá o que, a gente foi até o Batalhão da Brigada pedir socorro, só que no outro dia o sargento foi lá dizendo que fomos denunciá-lo, que ele não estava cumprindo com o seu papel.** E me surpreendi quando me chamaram da sala de aula para lá e cheguei com ele com um papel com os nossos nomes, dizendo: Tu, a professora Fulana e Ciclana, foram para o meu batalhão me denunciar para o meu superior. Aí eu disse, não, não foi isso, fomos pedir ajuda pra vocês. E ele insistindo, furioso, eu disse então nós vamos fazer assim: nós vamos agora até o seu superior e vamos esclarecer essa situação. Daí ele parou. **"Eu vou com o senhor agora e nós vamos esclarecer, porque nós fomos pedir ajuda, precisamos da ajuda de vocês. A gente não está lutando contra, nós estamos pedindo socorro."**

### **Professora C**

#### **Escola Municipal Ensino Fundamental localizada na Zona Leste de Porto Alegre**

(...)Então, essa também é uma forma de violência que nos chega. Como não tem o que fazer, então usa esses subterfúgios. Bom, outra questão que a gente acha importante de pontuar é a questão da saúde. Às vezes, chegam crianças ali que, como tem a questão da violência ou são crianças filhas de pais que consomem drogas, elas chegam na escola e não conseguem aprender. O que a gente faz? A gente encaminha para o posto de saúde, para atendimento e avaliação. E o que ocorre? A demora é tão grande desse atendimento, que, como a comunidade se muda bastante, quando chega o atendimento, depois de um ano (ou até nove anos, como tem casos

que foram relatados) ou o aluno já se formou ou se mudou, pediu transferência e pediu transferência do posto também porque o posto não mantém o atendimento. Então, é algo que também a escola tem que lidar. Às vezes, a criança não aprende, não aprende, não aprende, mas está aí pra socialização. E a sociedade, o que ela quer? Ela transfere para a escola todas as *frustrações* que ela não tem e que ela não encontra, com isso tudo, também a gente falou do Conselho Tutelar, que é um outro órgão que a gente procura quando acontece alguma coisa. A primeira coisa é o orientador que faz, que se locomove da escola e vai até o conselho próximo da onde vive a criança. Chegando lá, a gente sabe que, hoje, o conselheiro tutelar é eleito e mora na comunidade, então ele estabelece relações. Uma forma de ele se proteger também disso, que a gente conhece também como é a comunidade, ele faz alguns acordos também, né? E o que acontece? Então, eles fazem o conselho e às vezes a gente chega lá e diz assim: “Essa criança não pode ir pra casa, o pai disse que vai matá-la”, e eles respondem: “Ah, tá, terça-feira é o dia da reunião e a gente vai se reunir”. “Não entendem que essa criança não pode ir pra casa?” (escola) “Não, ela vai pra casa, fica quieta e não fala nada.” (Conselho Tutelar).

Então, isso é alguma coisa que a gente ouve. O que se faz, então? Se telefona para a Brigada e se leva a Brigada e a criança até o Conselho Tutelar.

Eu ouvi a fala de uma criança, uma vez, que me disse o seguinte: “Professora, porque mandam a gente para esses lugares que a gente vai ter que acabar voltando pra casa?” Era uma criança que tinha sido abusada, tinha sido quase morta pela mãe, de quem levou uma facada, e o que aconteceu? A criança passou um tempo, voltou para casa e está se recuperando de uma tentativa de suicídio. Então, a gente fica pensando assim: o que a gente faz? Na verdade, a gente vive numa situação que é tão difícil para nós, que não temos o que fazer e, quando a gente encaminha, a gente recebe esse tipo de resposta.

## Professora D

### Escola Municipal Ensino Fundamental localizada na Zona Leste de Porto Alegre

(...) A gente exerce medidas paliativas, por exemplo, eu estou com **um caso de duas crianças, da minha turma integral pela manhã, que não vão no turno da manhã porque a comunidade está em conflito lá**, então eles estão perdendo avaliação, perdendo aula e a gente está justificando todas essas faltas porque as mães mandaram um bilhete dizendo que não têm como mandar essas crianças para a escola. Então, a gente só justifica a falta e faz a avaliação depois.

## Professora E

### Escola Municipal Ensino Fundamental localizada no bairro Lomba do Pinheiro

(...) tenho 40 horas na mesma escola há 16 anos, na Escola São Pedro, na Lomba do Pinheiro. Eu vou concordar com algumas coisas que foram ditas aqui e uma delas é que – e eu faço coro – **a violência na escola contra os docentes começa no momento que a Secretaria enfia/empurra alunos quando eles não deveriam estar ali, quando se diz que tem limite de alunos para quando a turma tem aluno especial e esse limite não é respeitado**, e a gente sabe bem em que condições as crianças com necessidades especiais estão sendo atendidas na rede. Bom, mas eu estou aqui para falar de um caso bem específico, **que foi uma agressão à minha pessoa no ano passado, no dia 11 de novembro, na escola**. Eu me responsabilizei por uma turma para levá-los a um passeio (uma ação pedagógica em Nova Petrópolis – Parque do Imigrante), tendo em vista o assunto tratado no ciclo, do conteúdo que era imigração humana, no caso. Porque eu sou professora de língua estrangeira (professora de espanhol) e me responsabilizei por essa turma, porque a professora estava de licença-saúde, e segui todo um padrão que a escola exige e que o coordenador cultural sempre tem o cuidado que nós fazemos as coisas com muita rigidez quando as saídas são intermunicipais, e uma dessas exigências é a antecipação da

documentação (certidão ou número da carteira de identidade) dos alunos que vão, das autorizações, do pagamento, enfim. Tudo isso foi feito com toda a rigidez que me é peculiar, assim, eu tenho esse cuidado, e faço isso sempre que é necessário. E, nesse dia, uma mãe chegou com sua filha, essa aluna, que estava afastada da escola por algumas questões disciplinares, trocas e pedidos da mãe durante o ano – troca de turma porque “dessa professora ela não gostava muito” , que “aquela professora não sabia nada” “era uma burra” – foram trocas que a direção da escola atendeu alguns pedidos dessa mãe e trocou ela de turma. E, na semana do passeio, isso foi mais grave, já tinha acontecido algumas situações que levaram a uma conversa da mãe com a direção e com a professora, e a aluna ficou afastada por uma semana. Nesse dia, então, a mãe chegou de manhã cedo, nós todos estávamos ali, naquela agitação de passeio, e aí ela, com o dinheiro na mão e com a autorização que foi dada por alguém da escola (que não foi por mim), ela estava dizendo que a filha estava pronta para ir ao passeio. E eu disse: “Bom, não poderei levá-la porque deveria ter enviado a documentação com, no mínimo, 48 horas de antecedência (enviado todos os nomes com identidades e devidas documentações para o DAER) e, se o ônibus é parado no meio do caminho, tem que estar tudo em ordem.” Aí, já aconteceu a nossa discussão. Então, a gente sabendo disso, eu disse “Não, eu não posso levá-la”. Aí ela respondeu: “É implicância tua”. Aí, eu recomendei que ela se dirigisse à direção da escola para conferir como é a regra da escola. E, durante todo um tempo, eu fiquei organizando os alunos, “Vai no banheiro”, “Vê tua mochila”, “E os documentos?” e etc., e eu vi a mãe passando e passando, cada vez mais próxima, ameaçando: “É implicância tua e tu vai ver”. **E, no momento que a gente se arrumava para sair, quando estava fazendo a chamada e encaminhando os alunos para entrarem no ônibus, ela veio por trás e me deu um tapa (que foi bem forte) e os professores que estavam por ali com as demais turmas correram e seguraram, me defenderam e me**

**arrastaram.** Eu não lembro direito, eu lembro que me vi com um lado muito quente do rosto naquela situação e muito vermelha. E aí foi isso o que aconteceu. Em respeito aos alunos (eu fiquei muito mal) e ao dinheiro que eles haviam investido, eu resolvi ir mesmo assim. Quando eu voltei (nós voltamos meio tarde, à noite), eu fiz o Boletim de Ocorrência, porque, infelizmente, o BO é nossa única saída, sim, (...) porque nós não vamos aceitar uma situação de violência como essa, nem pensar. Isso não é pouco, isso não é para uma conversa no SOE, não é para uma conversa com a direção. Isso foi uma agressão a uma pessoa, foi uma professora com 16 anos de casa, foi todo um sistema educacional e pode ocorrer com mais frequência caso não seja tratado com a devida seriedade. **No dia seguinte, uma das vices diretoras ficou na escola me aguardando e disse que eu deveria me dirigir à SMED, e, no dia seguinte, foi o que eu fiz. Em conversa com o setor Jurídico lá da SMED, em dois minutos de fala foi orientado que eu saísse da escola e procurasse outras duas escolas, uma na Zona Norte e outra na Zona Sul, ou seja, eu estava sendo punida por fazer o meu trabalho cumprir as regras estabelecidas pela escola, por ter sofrido essa violência e ainda assim eu iria ter que me deslocar da zona Leste, onde eu trabalho e moro,** para duas outras escolas? Eu chorei, fiquei emocionada no momento. Depois disso, eu fui orientada a me afastar da escola e eu não queria. Os meus colegas se mobilizaram e isso teve repercussão na TV. Tivemos espaço em dois telejornais, o Jornal do Almoço e o Jornal da Record. Quando eu retornei, fui direto na direção da escola para ver o que tinha sido encaminhado. No dia seguinte, a aluna foi para a escola e só foi retirada porque os professores fizeram uma movimentação e falaram para a direção que aquela situação era um absurdo: ter a filha da agressora naquele momento. A estudante foi suspensa por um dia. Naquela semana, a direção da escola recebeu a equipe pedagógica da SMED e havia sido orientado que a aluna permanecesse na escola e que a professora agredida, se quisesse, que trocasse de escola. E, se a aluna fosse suspensa ou impedida de entrar

na escola, a SMED, a minha mantenedora, entraria no Ministério Público para que a aluna frequentasse. Depois de tudo isso, voltei à SMED para ver o que eles diziam para mim e novamente foi orientado que eu mudasse de escola. No setor Jurídico, os servidores que me atenderam falaram que realmente era muito grave e, talvez, fosse o caso da mãe da aluna (que cometeu a agressão) não frequentar mais a escola e, no momento que voltei à SMED, o mesmo setor disse que eu havia entendido mal o que colocaram, se contradizendo. Eu voltei a trabalhar, já era final do ano, a aluna não frequentou aquele finalzinho de ano. Nesse ano, ela é minha aluna e a mãe frequenta a escola livremente (eu diria que em alguns momentos ela se faz ver, ela quer que eu a veja). Um dos colegas que me defendeu [na agressão], ele sofreu uma queda e machucou o joelho, também fez o registro (e teve andamento esse processo). **Quando a mãe agressora ficou sabendo desse processo, falou para alguns funcionários da escola que os parentes eram envolvidos com tráfico e que, dessa vez, eu “iria ver”, que eu iria apanhar, mas sem testemunhas. Não é uma situação tranquila, vocês sabem a realidade que a gente vive diariamente. Quando é uma ameaça com tráfico, não é brincadeira. Então, não saio e nem entro mais sozinha na escola, fico no estacionamento até que chegue alguém.** Eu falei isso para a minha direção. Fiz um novo registro, agora de ameaça, e, nesse meio tempo, também fiz conversas com a ATEMPA. No dia que fui fazer o registro de ameaça, eu descobri que o processo havia sido arquivado (o primeiro), eu fiz questão de dizer que eu era funcionária pública e que, se nenhuma medida houvesse, que pelo menos a agressão a uma funcionária pública houvesse. Mas, mesmo assim, o processo foi arquivado, certamente por ser mais um caso de violência contra a mulher. Será reaberto porque eu bati pé, eu fiz um novo registro, porque eu estou atrás, passo lá e ligo para que seja reaberto. Finalmente, eu tive um encontro com a ATEMPA, que é minha representação enquanto professora, e estamos tratando para que isso

não fique no esquecimento e procurando alguma forma de garantir segurança para eu exercer o meu trabalho. Eu quero permanecer na escola, eu não vou mudar de escola. A ATEMPA, agora, está fazendo caminhos, está fazendo conversas que eu gostaria de ter tido. Eu espero que se resolva da melhor maneira o possível e que não aconteça novamente.

**Professor A**

**Diretor de Escola Municipal Ensino Fundamental localizada na Zona Norte de Porto Alegre:**

Boa noite, como tem muitos professores da rede hoje, foi colocado que **o meu caso foi um dos mais brutais, que teve grande repercussão. Na época em que aconteceu isso, nós decidimos não expor isso para a imprensa e certamente foi um dos mais brutais porque, com diferença de cinco centímetros eu poderia ter morrido.** Eu não vou entrar em detalhes de toda a história, mas o fato é o seguinte: aconteceu, certo dia, um passeio e, com o passeio, o retorno, quando acontece um conflito entre um professor e dois alunos. Quando eles saem do ônibus o conflito vai para dentro da escola (as pessoas envolvidas), com atendimento da equipe diretiva pra resolver a situação. No meio disso, sai correndo do ônibus um grupo de alunos e vai até a casa da família de um dos alunos [que estavam com a direção] e dão uma informação distorcida do que teria acontecido. Então, a família de um desses alunos foi toda para a escola e, então, se começa uma conversa com toda essa família. Acontece que essa família tinha uma pessoa com problemas sérios, os quais não vou entrar em detalhes, mas que age de maneira violenta. E, enquanto isso, no meio da escola, na frente da escola, se criou toda uma situação de tumulto. E, nessa situação de tumulto, nós temos um guarda municipal que fica todas as noites e tem um guarda que faz escala durante os dias e, naquele dia, não tinha guarda municipal, quem

estava era uma funcionária que não tem delimitação de tarefa, pois já está com uma certa idade, o concurso dela não é de ficar ali e foi para a serviços gerais, acaba ficando no portão. Bom, criou-se todo aquele tumulto e assusta ela, que se trancou na guarita. No meio de toda aquela confusão, o tio de um dos alunos, com a versão que ele tinha da história, resolve entrar na escola e consegue passar por tudo o que está acontecendo porque a coisa tá tumultuada, simplesmente entra na sala e pergunta **“Qual é o professor?” e quando vê o professor ele tira do bolso uma pedra e agride o rosto do professor. E aí sim, se tivesse mais cinco centímetros poderia ser mais grave do que o ocorrido.** Bom, o trauma foi grande, foi uma agressão bastante violenta e, até o final do ano (isso ocorreu final de agosto), e até o final do ano a escola ainda sentia sequelas disso. Basta olhar as biometrias que aconteceram no segundo semestre, teve uma grande quantidade de professores adoecendo e, no final do ano, duas pessoas da equipe diretiva acabam entrando em licença, e foi bastante complicado. **De imediato, o que a gente observa é que a escola tem necessidade de uma segurança efetiva, se tivesse um guarda municipal poderia ser outra coisa. Particularmente, uma pessoa treinada para cuidar do portão, com capacitação para lidar com essas situações de conflito.** É uma coisa que pedimos muito, queremos polícia e guarda municipal aqui. Talvez seja bom pensar um pouco além disso. Uma das falas que tive muito forte logo após o episódio era das pessoas: “Eu quero segurança”. Como se a segurança fosse mudar magicamente apenas com a figura de um segurança na porta da escola. E como é que foi o desdobramento disso? O que aconteceu com a nossa escola talvez foi um pouco diferente das demais, tivemos vários setores da SMED nos acompanhando nesse caso e foi oferecido todo apoio ao professor, foi oferecido pela própria secretária de educação. Foi garantido todo um atendimento médico que ele precisaria, se foi eficiente ou não deixou para o professor falar. Logo após esse episódio, teve uma ampla reunião onde nos reunimos com vários setores da SMED, tinha

Conselho Tutelar, Guarda Municipal. **E uma coisa que ficou evidente foi a falta de efetivo na Guarda Municipal.** Sobre a Guarda Municipal na nossa escola, cabe dizer que, com o que eles têm, a nossa escola é bem atendida, nos atendem muito bem. A falha da Guarda Municipal é naquilo que eles não têm de efetivo para poder nos atender. Ali no eixo Baltazar, eles são bastante ativos. Aí se comentava da preocupação de aumentar a guarda nas escolas e deixar um guarda na frente da nossa escola e isso não aconteceu, nós continuamos com o mesmo número de guarda. Deu para perceber, nessa reunião, que em alguns pontos a SMED e a Guarda Municipal não se entendiam muito bem e, até certo ponto, houve cobranças à SMED por conta da Guarda Municipal e, se não vão levar a Guarda para as escolas, vamos pensar na contratação de porteiros. Talvez seja alguma coisa que um diretor já tenha ouvido falar uma promessa de que talvez haja a contratação de porteiros para o segundo semestre (isso foi falado ano passado, antes dessa crise, eu não sei como anda isso). Que haveria contratação de pessoas terceirizadas para fazer a patrulha da escola e isso pareceu, de algumas pessoas de dentro da SMED, uma preocupação. Para concluir, é mais amplo do que isso a questão da violência nas escolas. Eu cuidei dos alunos depois e uma coisa importante é a articulação com a rede de proteção, isso garantiu que tivesse um pronto-atendimento em várias questões envolvidas nesse caso. E consegui fazer uma mobilização rápida na comunidade, teve desdobramentos como uma caminhada pela paz, que Sofia (Cavedon) esteve presente, a gente trouxe em sequência uma palestra sobre Justiça Restaurativa com o Frei Luciano dentro da escola. E, no que eu atendi os alunos, eu vi que a questão era muito mais ampla, não é o estudante envolvido na agressão, mas tem todo um contexto de família envolvida no tráfico, de violência contra a mulher. Que os alunos que descem do ônibus e dão a informação errada sobre o conflito são os mesmos que, quando tem uma briga entre alunos, ficam no bolo pedindo sangue. Eu queria chamar a atenção para que, além dessa questão da

segurança imediata, a gente tem que conseguir perceber um pouco mais além e ver que temos que ter outras políticas para desenvolver.

**Professora F**

#### **Escola Municipal Ensino Fundamental localizada no bairro Restinga**

Na verdade, meu relato é breve e é sobre o que aconteceu 15 dias atrás. com duas colegas que trabalham no serviço de estimulação precoce da escola e fazem assessorias nas escolas infantis e creches comunitárias. Num dia de assessoria, elas foram com o carro particular para agilizar o trabalho. **Ao saírem da escola, houve uma espécie de emboscada dentro da comunidade, e elas foram assaltadas a mão armada. Então, assim, não é dentro da escola, mas é o que a mesa pontuava, que é a questão da violência que o profissional sofre em relação ao desenvolvimento das suas atividades.** Então, tiraram bolsa, levaram o carro e eles fingiram, assim, as pessoas que cometeram isso, que o carro estava estragado. Então, elas meio que pararam o carro e, quando viram, não deu pra voltar atrás, aí a pessoa da comunidade colocou as duas dentro de casa e prestou, vamos dizer assim, os primeiros socorros numa condição dessa. O procedimento que a escola tomou foi chamar a SMED e fazer a combinação que, infelizmente, agora, em algumas escolas pontuais que são problemáticas, elas não vão mais fazer essa assessoria. Que se perde muito, e as professoras colocam isso: que é uma perda aos alunos que tinham esse atendimento, né? Mas, realmente, é o que o professor falou: a violência acontece com um, porém acaba que todo mundo sofre, ficando com medo e à mercê disso, né? A SMED acatou essa definição, não teve problemas. **Mas achei bom a gente poder registrar também esse tipo de violência, que não é dentro da escola, mas é no exercício das nossas atividades. E, com o trabalho dessa forma, perde o aluno, perde a escola, perde a possibilidade de inclusão.** E meu colega falou assim: como é difícil a inclusão e quanto é importante esse trabalho de assessoria que as escolas especiais fazem.

**Professora G**

**Escola Municipal Ensino Fundamental localizada na Zona Norte de Porto Alegre:**

[...] Eu trabalho na escola João Antônio Satte e na escola Piaget, ambas no Parque dos Maias, e me relaciono muito com outros professores de uma escola infantil. Bem, **a violência do entorno tem sido um problema grande e nós temos tido, tanto nós do João Satte quanto alunos do Piaget, assaltados na saída da escola com uma frequência que está aumentando.** Então, mães e avós estão tendo que buscar esses alunos, porque não dá mais para eles caminharem duas quadras para irem para casa. Na escola infantil, o assalto tem sido aos professores e aos pais na entrada, ao meio dia, e na saída. Assim como tem sido assaltado, com uma certa frequência, o Posto de Saúde do Parque dos Maias. Bem, nessa região, que pertence ao grande Rubem Berta, houve uma certa migração dos Bala Na Cara pra aquela região. Não faz um mês que um ex-aluno meu levou cinco balas na cara, ele ficou bem morto. **Essa coisa tem interferido diariamente na situação de aprendizagem, a gente tá vendo, nas duas escolas em que eu trabalho, uma ampla circulação de alunos na rede que sai do Piaget e vai para o Satte e vice-versa, vem do Ildo Meneghetti, vem do Décio Martins, vem das outras escolas estaduais próximas, por quê? Porque tá pesado, porque tão brigando, porque tão apanhando, a violência em casa é muito grande** e o que que a gente tem visto? Cada vez que se procura a Rede, a gente não conta com o apoio da FASC, algumas dessas famílias precisariam de assessoria de assistente social, mas não existe profissionais em quantidade para tal. As escolas infantis não têm guarda. A Brigada eventualmente ronda e, quando a gente chama a Guarda Municipal, eles vão, mas muitas vezes o problema já aconteceu. Então, assim, essa situação de isolamento que a escola fica e que está no meio do turbilhão, é muito complicada. E é claro que tem dias que tu chega, e faz uns dois anos que eu entrei numa sala de aula que tava terrível, e eu parei o trabalho e perguntei:

“O que aconteceu ontem?”, e responderam: “No Guapuruvu, a polícia tinha chegado e botou todo mundo no paredão” - porque, uns dias antes, uns guris abobados tinham jogado pedra numa viatura. **Como tu vai dar aula quando todos os estudantes foram agredidos na noite anterior?** Tem uma questão social, que está fora da escola e que está batendo, que tá fazendo água na gente e a gente tá tendo que se limpar sozinho. **Por isso, assim, eu tô vindo aqui e acho que a questão da escola não é só questão da escola.** Nós tivemos, há alguns anos, na SMED, um trabalho de cidade educadora e educação popular, todo o trabalho de assessoria pedagógica da SMED em Porto Alegre desapareceu. Não existe nada, não existe assessor que fale com professor, no máximo ele chega em certa ocasião, perto do final do ano, pra dizer que todo aluno tem que passar, ele tem que se formar mesmo que seja semianalfabeto. Eu não sei se o objetivo disso é desqualificar totalmente a educação para que, sim, essas pessoas venham a fazer faxina, carregar gás, fazer pão, que afinal nós precisamos de quem faça faxina e recolha o lixo, mas acaba sendo uma grande violência a gente concluir o ensino fundamental com alunos sem pré-requisitos mínimos pra enfrentar o ensino médio. **O problema não começa na escola, mas ele estoura na escola.** Uma última coisa sobre violência: gente, eu achei de uma extrema violência levar falta por dois dias de paralisação. Eu achei uma grosseria do poder público. Eu, depois de velha, pronta para me aposentar, vou resolver ser pelega e não fazer greve? Fui obrigada a fazer greve, porque nós somos tratados com tamanho desrespeito! Quando os vereadores ganharam o percentual que nós pedimos, quando os juízes ganham R\$ 4.300,00 de auxílio moradia, quando o vale-refeição dos juízes foi para quase R\$ 700,00... Então, assim, gente, segura a onda da violência, a gente tem o problema de saúde, e não tem atendimento para o aluno a não ser quando ele se forma ou sai da escola, a gente não tem o apoio da FASC, não tem o apoio da Guarda,

pouco tem apoio da Brigada, e não consegue nem ter a correção salarial. Na verdade, a violência tem sido muito grande.

**Professora H**

#### **Escola Municipal Ensino Fundamental localizada no bairro Restinga**

Boa noite a todos e todas, eu quero primeiro elogiar essa Frente, eu acho que é uma discussão que já deveria ter iniciado há muito tempo. Eu sou professora da rede municipal desde 2008 e trago aqui um caso um pouco mais antigo, eu entrei em 2008 na escola Décio Martins Costa, com 20 horas para Língua Espanhola, no turno da tarde, e eu passei por algumas situações de violência durante esse tempo, mas trago uma em especial que me fez sair daquela escola, que foi a negligência com a qual a direção tratou um caso de violência. E, em decorrência das críticas que eu fiz sobre esse caso de violência à direção da escola, eu fui sendo punida no estágio probatório. Então, eu vou contar rapidamente como é que foi o fato. **Eu dava aula sexta-feira, no final da tarde, pro grupo de alunos e havia um aluno de inclusão que tinha surtos violentos**, o aluno tinha 12 anos e era mais alto do que eu. Ele tinha explosões de violência e às vezes tinha que ser contido pelo guarda municipal. Um dia, eu estava dando aula, eu tinha os dois últimos períodos de sexta-feira, os colegas já devem saber o que significa isso... (Risos) Então, a turma estava calma e aí esse menino não estava na aula, eu me virei e comecei a escrever no quadro e ele entrou correndo e saiu correndo, foi quando eu fui atrás dele porque não era bom sinal. A minha sala era a última do corredor, antes ele já havia tentado invadir a sala da minha colega. **Ele pegou uma tesoura de ponta de dentro da mochila e tentou dar uma tesourada no colega que ele tinha brigado na hora do recreio.** Eu entrei na sala. A minha colega, que ele tentou bater com socos, ela fechou a porta e chamou o guarda municipal, quando ele chegou com a tesoura o guarda conseguiu contê-lo. E, então, a minha colega fechou a porta e o que aconteceu? Eu tinha dois períodos e chamaram os pais? Não chamaram. **No quinto período, o menino voltou para a**

**sala de aula, a coordenação de turno não agiu, a direção também não e eu fiquei muito indignada porque o menino estava surtado.** O que aconteceu? Segunda-feira era minha compensação, que chamam de folga, mas é compensação, a gente não tem folga, e eu resolvi passar na escola no primeiro período, que não era meu dia de trabalho, pra ver se tinham chamado os pais daquele menino, porque certamente aquilo ia se estender se não acontecesse nada por parte da escola. **Minha surpresa foi que não chamaram o menino, e que o outro menino (eu descobri por acaso) estava com uma faca naquele momento na escola pra se vingar do menino que havia levado a tesoura de ponta.** Eu chamei o menino, interroguei, tive que fazer uma pressão e ele acabou confessando que estava com uma faca e tal. E só foi descoberto que ele tava com uma faca e ia se vingar na hora do recreio porque eu estava lá e fiz uma pressão e chamei a direção. E claro que, na reunião pedagógica, quinta-feira, eu fiz a crítica merecida à direção, que tinha sido negligente e tal. E aí o que aconteceu? Eu entrei em Junho de 2008 e isso era Agosto de 2011, (...) eu lembro que sempre tive notas altíssimas no estágio probatório (...). Aí, uma semana depois, a diretora me chamou, junto com a supervisora, que havia passado os últimos seis meses na licença-maternidade, e falaram que iriam fazer o meu estágio probatório e tentaram baixar a minha nota, as duas coisas que colocaram foi, uma, que eu não era responsável com o meu trabalho porque não tinha entregue um caderno de chamada que estava lá no lugar que deveria estar, e a outra é que eu não tinha um bom relacionamento com o grupo, e aí é claro que eu contestei. Após, eu comecei a investigar as práticas que havia naquela escola de violência contra o professor e eu descobri que eles seguravam propositalmente os estágios probatórios das pessoas pra tentar pressionar por algum motivo qualquer. Como elas não tinham nada contra mim, seguraram o meu estágio probatório e eu nem me dei conta porque trabalhava numa escola particular também, só que elas confundiram cordialidade com ingenuidade, eu já trabalhava

como professora desde 1999 em escola particular e fiz mestrado em educação na UFRGS. Então, quando eu olhei a situação eu disse: “Não, quem vai ser avaliada vai ser tu, frente à SMED, frente ao Ministério Público, porque eu vou abrir uma sindicância.” Aí elas falaram que não é bem assim, e eu disse para a supervisora que ela não poderia me avaliar porque ela não estava aqui e que deveria a outra supervisora me avaliar. Aí, depois disso, eu disse que queria sair da escola e elas ficaram segurando, sempre a desculpa era que me mandariam para a Restinga (a escola Décio é na Zona Norte) e eu falei que queria. Mesmo assim, pra resumir a história, eu fui chamada no setor de atendimento psicológico e falei que queria abrir uma sindicância, eu quero ver quantos estágios probatórios estão atrasados e que isso é uma prática de assédio moral, eu quero denunciar e eles me convenceram que minha nota não havia baixado tanto, porque a direção retirou e refez. Aí eu disse que não, que acontece que, se eu fosse uma professora que está começando a carreira e não soubesse de tudo isso, eu ia me sentir ameaçada, agora eu quero que isso tenha consequência. Bom, foi uma negociação assim, que eu fiquei mais uns seis meses na escola, que a diretora que havia me falado todas aquelas coisas eu não faltava, eu tinha domínio de turma e tal e eu sou professora de espanhol, que falta exatamente porque tenho o domínio. Então eu acho que eles pensaram que iriam perder e eles não queriam me liberar. Eu acabei sendo liberada, essa escola tinha práticas de ocultar os casos de violência, tinha um outro menino que tinha sido internado umas três vezes no São Pedro porque tinha realmente problemas bem sérios, e ele batia nos professores e nos colegas (eu tive uma colega que ficou seis meses depois de ser professora dele) e eles não levaram como deveria ser levada a situação da violência. Porque o professor fica sem ter o que fazer, porque o que a gente faz com um aluno que sabe que tem problemas e surta? A gente não pode segurar às vezes, não pode tocar, a gente não tem guarda na escola e muitas vezes não tem apoio da direção. E isso acontece com muita frequência. Ele me ameaçou e

a gente não sabe até que ponto a ameaça se torna real [...] e isso já é uma violência. E eu acabei saindo. Quando eu cheguei na SMED e fui conversar com o pessoal do RH, a diretora já havia ido, porque ela tem relação pessoal de amizade com o pessoal do RH, ela já tinha ligado e eles não queriam me transferir. Eu tive que fazer uma pressão, falar que iria procurar a mídia e etc., e acabei sendo transferida. Só que, assim, eu acho que não é necessário chegar a esse ponto, mas eu acho que agora talvez seja, pelo que eu tô ouvindo aqui, a violência é cotidiana nossa e a gente acaba adoecendo, enlouquecendo. Na época, eu fiquei muito mal, cheguei a tirar uns 15 dias de licença. Tive que tomar um remédio pra síndrome de pânico e é uma coisa bem triste. As pessoas têm que se medicar para superar uma coisa que deveria ter mais apoio. Então, é isso.

### **Reunião da Frente na Zona Norte – Centro Vida**

No dia 14 de agosto, a Frente Parlamentar realizou uma reunião aberta na Zona Norte de Porto Alegre, no Centro Vida. As reuniões regionalizadas da Frente tiveram como marco importante a possibilidade de escuta e debate com os professores e professoras e membros das Comunidades Escolares. Os fenômenos de violência escolar se apresentam como fatos localizados e a discussão sobre as semelhanças e singularidades de cada escola ganha importância para efetivação de medidas preventivas.

Particularmente na reunião da Zona Norte, foi lembrada a importância do Centro Vida e das possibilidades de este ser mais utilizado para ofertar oportunidades de cultura e lazer na Zona Norte de Porto Alegre. Foram ressaltadas, no início da reunião, as atividades da ONG Alvo, que oferece, naquele espaço, atividades culturais como oficinas de grafite e skate. Uma demanda da região para auxiliar no combate à violência foi a interlocução entre as escolas e a Secretaria Municipal de Esportes no sentido de ofertar atividades para as crianças e adolescentes da região.

Outro ponto lembrado foi a baixa utilização do Parque Chico Mendes, na Zona Norte. Vejamos um exemplo dessa situação a partir da transcrição da fala de um Professor da EMEF Chico Mendes:

Quando eu cheguei no EMEF Chico Mendes, eu ia com meus alunos de mãos dadas para fazer atividades na praça. Antigamente, tinha a questão de alunos que usavam drogas, isso tinha há 15 anos, porém a gente podia usar o parque. E, hoje, a gente não consegue ocupar o parque, porque a gente é assaltado, tem morte, tem desova de carro, tem desova de corpo, tem estupro.

Sobre a situação específica da segurança nas escolas municipais, foi lembrada a importância da Guarda Municipal e a necessidade da formação permanente de seus membros para a especificidade da atuação em ambientes escolares.

Foi discutida a ocorrência de “toques de recolher” impostos por traficantes que impedem a continuidade das aulas em escolas da região. Como foi relatado pelo professor da EMEF Chico Mendes:

Os pais chegam na escola e nós temos que liberar, é porque fecharam a rua. E realmente fecha a rua: fecha com a polícia, com o traficante, com o tiroteio. Se o pai não estiver dentro de casa, ele não entra mais, tem que achar um parente que more por outro lado porque não entra mais dentro de casa.

### **Tópicos discutidos na reunião**

- “Toques de Recolher”.
- Importância da ampliação do atendimento da Guarda Municipal.
- Importância da ocupação dos espaços públicos como as Praças e o Centro Vida.
- Importância de levar a família para dentro das escolas.
- Importância dos serviços de Assistência Social
- Críticas à iluminação pública, a execução de serviços de poda e de manutenção das praças (poda de árvores)

## **Reunião da Frente na Lomba do Pinheiro**

No dia 28 de agosto, foi realizada, na EMEF, Saint' Hilaire a reunião da Frente no Bairro Lomba do Pinheiro.

O encontro contou com a participação de professores e professoras do bairro, bem como de representantes da Comunidade. O debate foi marcado pela discussão em torno do processo de violência nas escolas da região e, assim, contou com relatos de casos ocorridos em escolas do bairro.

Foi lembrada a situação geral do bairro e da influência de grupos armados vinculados ao tráfico de drogas, existindo inclusive dificuldade para o acesso às escolas. Foram relatados casos de ex-alunos que estão evadidos e foram reconhecidos por professores estando armados nas ruas do Bairro. Existem relatos de assaltos a estudantes das escolas e também casos em que as vítimas são professores.

O grupo de professores presente também reivindicou uma ação mais efetiva da SMED em relação ao tema, bem como, atividades de formação sobre Violência Escolar.

### **Tópicos discutidos na reunião**

- Insegurança sobre como agir em casos de violência no interior do espaço escolar.
- Situação da violência social promovida pelo tráfico de drogas.
- Importância da ampliação do atendimento da Guarda Municipal.
- Foram discutidas as transferências de professores vítimas de violência.
- Questionamento sobre ausência de números pela parte da SMED de professores afastados (e os que foram exonerados) por depressão em decorrência da violência na escola

## **Reunião da Frente na Restinga**

No dia 11 de setembro, ocorreu a reunião na Restinga, no Centro da Comunidade Restinga (CECORES). Tal como nas reuniões anteriores, contamos com a participação de professores e professoras do bairro, mas também com a participação de ex-estudantes de escolas e de um médico que atua na região.

O grupo discutiu o processo de violência no bairro e levantou questões relevantes para a busca de alternativas e prevenção à violência escolar. Foi lembrado um conjunto de práticas de repressão na escola em relação à orientação sexual, bem como a articulação existente entre a violência social e a desigualdade social no Brasil, que também se delimita como desigualdade étnica, ou seja, o tema do racismo e do acesso aos direitos sociais, que ainda são frágeis para a população negra, que é central para a compreensão da história do bairro.

Foi ressaltada, no debate, a importância da formação e discussão entre os educadores sobre formas de como se lidar com a violência, bem como sobre o reflexo dessa realidade violenta na condição de saúde dos educadores. Essa preocupação fica evidente no seguinte trecho da fala de uma professora da EMEF Carlos Pessoa de Brum:

Qual é a condição que a mantenedora me dá pra trabalhar? Não é divulgado o número de colegas meus, professores, afastados por problemas no trabalho. E, se existe essa informação, ela está distorcida. Porque há colegas com depressão, com pânico, ou qualquer outro transtorno psiquiátrico.

Um fato ressaltado é que as ações da Guarda Municipal normalmente são imediatas à comunicação dos problemas nas escolas. Porém, foi citada a necessidade de medidas preventivas internas nas escolas. Existe uma preocupação em relação a como a violência social atinge as escolas. Os conflitos existentes entre os grupos vinculados ao narcotráfico no bairro alteram a rotina das escolas.

Outro problema relatado foi a forma como a SMED lota os professores na Restinga, muitas vezes sem levar em conta a localização do bairro e o local de moradia, criando assim problemas de deslocamento que geram stress. Ficamos com a palavra de uma professora sobre essa situação:

A primeira violência que o professor sofre quando entra na rede é por parte da SMED. Fico muito feliz em saber que tem professores há cinco, 15 ou 20 anos na mesma escola. E que estão fazendo carreira

no magistério e nessa escola. Mas, quando tu chega na SMED, a maioria dos professores quer uma escola perto da sua casa por ser mais cômodo, e eles falam: “Não, só tem vaga na Restinga.” Tem gente que sai do Sarandi, de Alvorada, de Novo Hamburgo para dar aula na Restinga. E esse professor vai ficar alguns meses na Restinga e, assim que chegar no final do ano, na época do remanejamento, vai pedir para trocar de unidade. Temos escolas com professores em transição o tempo inteiro.

### **Tópicos discutidos na reunião**

- Violência na comunidade.
- A relação a violência e as questões étnico racial, de gênero e orientação sexual.
- Realização de projetos de prevenção à violência nas escolas
- Necessidade de maior parceria e articulação entre os órgãos das Secretarias do Município.
- Transferências de professores vítimas de violência.

### **A Escola e a Rede de Proteção da Criança e do Adolescente**

No dia 02 de outubro, na Câmara Municipal de Porto Alegre, foi realizado um debate com representantes de órgãos vinculados ao atendimento da criança e do adolescente no município. A mesa de debates contou a participação de representantes da SMED, do Departamento Estadual da Criança e do Adolescente da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul (DECA) e do Conselho Tutelar.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado a partir da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, estabelece no artigo 86: “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados e dos Municípios.” A partir da perspectiva do ECA, o debate teve como temática como se dá a relação entre

as Escolas Municipais e os demais órgãos responsáveis por preservar os direitos das crianças e dos adolescentes.

Infelizmente, a reunião iniciou com um informe de mais um relato da violência e de seus reflexos no cotidiano das escolas. A professora Anézia, representante da ATEMPA, fez a seguinte fala:

Um pouco antes de chegar aqui, estava falando com a E.M.E.F. Senador Alberto Pasqualini, que relataram estarem inseguras, que não irão dar aula hoje por conta do ocorrido. E a própria escola está marcada, a sala dos professores está marcada com tiros de fuzis” (...) “Já tem várias semanas que a E.M.E.F. Senador Alberto Pasqualini e a EMEF Prof. Larry José Ribeiro Alves têm servido de abrigo à comunidade, para se salvar dos conflitos que ocorrem na rua em frente.

Ainda sobre a situação das escolas da Restinga, houve o seguinte relato de uma professora de uma Escola Municipal:

Faz uma semana que tivemos que nos jogar no chão porque teve um tiroteio na calçada da escola. Não havia guarda e nem polícia. Havia nós professores correndo porque os alunos choravam de pânico, inclusive os alunos de inclusão sem o atendimento especializado do qual necessitam. Além disso, a falácia nociva que é dizer que não tem violência na escola, quando nós relatamos cotidianamente para a assessoria pedagógica, que só Deus sabe pra que serve. Nós relatamos cotidianamente casos como tráfico que está dentro e fora das escolas, temos que pensar em táticas como o aluno não ir ao banheiro (porque se ele for ao banheiro irá passar droga para o colega que também vai estar no banheiro esperando), porque sabemos que eles se ameaçam, que não podemos deixar o Fulano e o Ciclano saírem ao mesmo tempo. Nós sabemos que os nossos alunos sofrem abuso e é pra nós que eles relatam. Nós relatamos cotidianamente para a SMED e não

dá para entender como a SMED não sabe. Conta que o setor pedagógico trabalha pouco o pedagógico em conselhos de classe pelo fato de o espaço ser usado para relatarmos casos de violência. Critica as condições para haver justiça restaurativa: sem porteiro, sem guarda municipal. Fala que os professores não têm condições de tocar as mediações.

O vereador Prof. Alex Fraga, ao introduzir a reunião, lembrou que existem vários órgãos vinculados à Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, mas que não existe uma boa comunicação entre estes e as escolas e, por isso, existem muitas dúvidas entre a comunidade escolar sobre quais devem ser as ações concretas em casos de ocorrências violentas dos procedimentos práticos que devem ser tomados.

A reunião teve como foco essencial debater como a Rede de Proteção e suas diferentes instituições enxergam o momento atual de crescimento de violência e como responder a esse desafio. Para dar uma dimensão do debate da reunião, a seguir estão transcritas as falas dos membros da mesa.

### **Vereador Prof. Alex Fraga**

Nosso encontro tem um objetivo. Nós convidamos para participar diversos órgãos institucionais que fazem parte da Rede de Proteção às nossas crianças e adolescentes. Felizmente, nós temos representantes de alguns desses órgãos. Convidamos também a FASC, que confirmou a presença de seu presidente, mas infelizmente não compareceu. E convidamos também a coordenadora dos Conselhos Tutelares, Ana Rangel, que havia confirmado a presença, mas infelizmente não está aqui conosco.

A ideia é justamente trocar informações e debater a questão da nossa Rede de Apoio às crianças. O que está funcionando? O que está acontecendo? O que não está acontecendo? E, também, ir um pouco mais adiante. Como professor da rede municipal, eu vejo a necessidade de debatermos algo mais prático, algo mais palpável com

relação a encaminhamentos. As situações de violência são rotineiras dentro das nossas instituições de ensino, mas, infelizmente, boa parte dos professores não tem muita noção do que fazer em determinados casos. Agressões verbais, agressões físicas, ameaças: como proceder? Não há um canal de comunicação direta que possa mostrar para os professores que estão na ponta do serviço público, em contato direto com as comunidades. Como proceder em cada caso? Essa é uma proposta da Frente Parlamentar: justamente produzir algum tipo de material que possa ser divulgado amplamente, fornecido às comunidades escolares, para sabermos como proceder em caso de violência no interior de nossas escolas.

Obviamente, a situação social de muitas das comunidades em que nossas escolas estão inseridas interferem diretamente na realidade, no cotidiano dessa escola. E, para isso, precisaríamos de políticas sociais muito mais sérias, muito mais profundas, para tirarmos as comunidades dessa lógica cruel em que se encontram.

### **Dr. Adalberto Lima – representante do Departamento da Criança e do Adolescente da Polícia Civil**

Meu nome é Adalberto Lima e recebemos a incumbência da nossa Diretora, Adriana Costa, que nós comparecêssemos na reunião. Eu participei do primeiro encontro da Frente Parlamentar e muitas coisas se esclareceram naquele momento.

Primeiramente, nosso departamento é o Departamento da Criança e do Adolescente. Existe uma diferença de competência entre a Polícia Civil e a Polícia Militar. A Polícia Militar é uma polícia ostensiva e é ela que atende os casos de violência ou de criminalidade num primeiro momento. E a Polícia Civil é um instrumento utilizado depois, para a investigação. A responsabilidade da Polícia Civil é a investigação qualificada do fato. O fato já aconteceu, então a Polícia Civil vai fazer o levantamento. Vai buscar a prova da existência do crime e indícios

suficientes de autoria. Daí, é encaminhado esse material, em forma de inquérito policial ou de procedimento de apuração de ato infracional, ao Ministério Público, que representa o Poder Judiciário para a abertura do processo criminal. Esse processo criminal com uma sentença judicial. Se for positiva, pode culminar no sistema penitenciário ou no sistema infracional. O sistema penitenciário para aqueles que têm acima de 18 anos e o sistema infracional para aqueles que têm de 12 a 18 anos incompletos. Também é necessário esclarecer que, quando há um ato infracional, que é tudo aquilo que é crime ou contravenção penal praticado por uma criança, a competência da apuração é do Conselho Tutelar. Aonde o Conselho Tutelar vai aplicar uma medida de proteção. A Polícia Militar passa o caso à Polícia Civil. Porque o caso já aconteceu. No caso de flagrante, a Polícia Civil vai fazer o procedimento, e o Ministério Público e o Juiz. E esse é o sistema de Justiça criminal. É o sistema brasileiro que começa com a polícia, passa pelo Ministério Público e passa depois para o Poder Judiciário. (...)

O DECA, depois que o fato ocorre, ele trabalha na área da investigação criminal e das operações e também na área da prevenção. Eu sou responsável pelo serviço de prevenção e educação. Esse serviço é proposto a partir da visão de eu, como delegado de polícia, ir nas escolas fazer palestras, bate-papos, oficinas e outros tipos de trabalhos preventivos para evitar que ocorra a violência. São trabalhos preventivos de orientação. Então, eu vou na escola e digo: ato infracional é isso. Ato de indisciplina é aquilo. Mas qual é a diferença? O que a escola tem que fazer quando ocorre um ato infracional? O ato infracional é passado para a Polícia Militar, que encaminha para a Polícia Civil e é feito os procedimentos. E a Polícia Civil, em caso de não flagrante, faz as investigações. Mas muito nós temos trabalhado nas escolas para que elas consigam resolver os problemas. Que elas consigam resolver, além dos fatos que não sejam criminais, sejam atos

de indisciplina, alguns casos de menor poder ofensivo. Que é um caso de empurrão, por exemplo, que é uma via de fato. Que elas possam fazer a composição ali.

Então, nós estamos cada vez nos capacitando mais na área da prevenção, trabalhando com Justiça restaurativa, com mediação de conflitos, com orientação. Para que possamos passar para às escolas as orientações para que elas possam fazer este trabalho. Porque no fundo, no fundo nosso objetivo não é judicializar. Tem certos casos que não precisa judicializar. A escola pode resolver. Nós temos um caso de uma pichação. É possível resolver? É possível resolver. A pichação é um ato infracional? É um ato infracional previsto nos crimes ambientais. Mas vamos supor que o aluno tenha um bom comportamento. Que o aluno é um bom aluno. Que o aluno tenha boas notas, mas ele se misturou com outros e cometeu um ato falho. É possível resolver? É possível resolver. E está muito bem resolvido. Mas há casos graves como ameaças fortes e casos em que há lesões gravíssimas. Casos em que há porte de arma de fogo, porte de drogas, tem que comunicar a polícia. Para a polícia poder agir e fazer suas composições.

Nesse caso, eu quero informar que, como estamos em um ambiente municipal, nós trabalhamos muito com a Guarda Municipal, trabalhamos muito com os Fóruns Regionais de Justiça e Segurança e trabalhamos muito bem com uma professora na questão dos Conselhos de Segurança Escolar. Eu agora, na Restinga, participei da abertura de um Conselho de Segurança Escolar numa escola. Estive na Lomba do Pinheiro e no Rubem Berta, onde a Patrulha Escolar da Brigada Militar e nós estávamos todos juntos. Nós trabalhamos nesse conjunto. Fazemos nossas interlocuções.

A escola tem que participar muito da Rede. A Rede é Polícia, é escola, é a FASC, é o CRAS, é o CREAS, é a saúde, é a assistência social. A escola tem que se armar com esses instrumentos.

## **Professor Júlio César dos Passos – Diretor Administrativo da SMED**

Gostaria de cumprimentar o meu colega de SMED também, o delegado e a delegada, nosso companheiro do Conselho Tutelar.

Vou na linha do delegado: o que nós temos reforçado com todos os diretores, em todas as reuniões que nós temos feito na SMED, é em relação a participação de todas as escolas nas Redes. A importância da participação dos profissionais nas Redes. Inclusive, passei aqui para o Vereador as datas das reuniões das Redes.

Nós estamos vivendo um momento, depois do relato da Anézia, nós temos que diferenciar a violência efetiva na escola. Na verdade, a escola também é vítima dessa violência. Tanto é que a Anézia coloca aqui que as pessoas estão correndo para dentro da escola para se proteger. Hoje, nós tivemos esse episódio na Restinga. Com mais de 600 profissionais da área de segurança, a gente tem se preocupado com isso. O problema não é só em escolas municipais, temos escolas estaduais que participam desses fóruns. Porque é uma preocupação de toda a comunidade escolar e da comunidade como um todo. Hoje, a violência é um problema de saúde. Foi decretado um problema de saúde pública mundial.

Nós temos encaminhamentos. Nós criamos, em 2011, um setor que é o ATAR (Assessoria Técnica de Articulação em Rede), que justamente vai trabalhando essas questões. É um grupo criado com psicólogos e eles vão nas escolas. Claro que nós que nos aprimorar na identificação de alguns problemas. Como a delegada relatou, às vezes alguns problemas chegam muito antes na escola. E, realmente, a observação do professor em relação aos reflexos que as crianças trazem para a sala de aula. Comportamento que o professor tem que observar, para que a gente possa tomar atitudes de prevenção. Tivemos o fato da menina que foi morta recentemente e que já havia uma observação preliminar em relação a isso, mas infelizmente ocorreu o problema

com a menina. Mas, realmente, há uma preocupação em relação à violência com as crianças, muitas vezes a violência vinda de fora, pais e familiares que trazem isso para a escola.

Mas nós também temos o outro lado que essa relação aluno e professor. Então quando há problema de professor em relação a alunos, nós abrimos sindicâncias e procuramos apurar os fatos. E agressões de alunos a professores a gente procura, nós tivemos alguns episódios aqui. Inclusive o vereador, em outra oportunidade, trouxe alguns fatos de agressões de alunos contra professores. A SMED também buscado dar apoio aos professores quando ocorre esse tipo de violência. Mas a SMED sempre se coloca aqui, já disse isso na outra oportunidade, nosso objetivo é colaborar com a Frente Parlamentar no sentido que a gente busque uma forma eficaz de acabar, não digo 100%, mas acabar com todas essas questões.

A nossa Guarda Municipal tem atuado na criação de grupos com teatro e outros mecanismos que vão às escolas realizar orientações. Que é, muitas vezes, o que falta para a maioria das nossas crianças. Para os próprios professores falta orientação. A Guarda Municipal tem feito esse trabalho.

Às vezes, chega lá pra nós, e eu realmente não gosto muito, mas eu sonho com uma escola aberta. Nós temos alguns projetos, do ponto de vista pedagógico, para inserir a escola na comunidade. A escola faz parte da comunidade e a comunidade tem que abraçar a escola. Senão, não chegamos a lugar nenhum. Nós temos projetos, do ponto de vista pedagógico, que são a escola aberta, a escola em dança. São projetos que procuram deixar as crianças o maior tempo possível dentro da escola, com oficinas preparando as crianças para o mundo aí fora. Mas sabemos efetivamente que temos problemas. Às vezes, eu fico triste, na medida em que tenho que liberar recursos para a construção de muros em escolas, alarmes. Porque, efetivamente, a gente está mais protegendo patrimônio do que vidas humanas lá

dentro. Eu acho que é uma conscientização que nós temos que ter. Não estou dizendo que a SMED não faça isso, na medida do possível, infelizmente o contexto nos obriga a fazer esse tipo de coisa. Nós liberamos. Mas é com tristeza que a gente faz isso. Acho que a gente tem que ter uma escola inserida. A comunidade tem que ter consciência disso. Tem que absorver a escola pra ela. Nós temos, em alguns locais, a única praça que existe é na escola. Já tivemos caso de invasão de escola que, quando fomos ver, por exemplo, na Escola Gilberto Jorge, o que os alunos fizeram efetivamente? Eles entraram subindo uma caixa d'água e viraram o refletor para jogar futebol dentro da escola de noite. Em algumas regiões, o único ponto que tem é a escola. Então, a gente procura incentivar essa participação da comunidade. Mas, ultimamente, em algumas escolas, nós tivemos que suspender isso, em função do alto grau de violência externo, nunca interno. Mas temos buscado apoio na Brigada Militar e na Guarda Municipal para que a gente possa incentivar a participação da comunidade dentro da escola. Nós poderíamos oferecer e a ideia é informatizar todas as escolas, inclusive com *wi-fi*, onde a própria comunidade vai poder utilizar depois de determinado horário. Nós temos um sistema de informática que a própria comunidade poderia utilizar lá dentro. Então, esse é o sonho e isso que nós queremos buscar.

### **Cristiano Aristimunha – Conselheiro Tutelar da região Centro**

Eu, primeiramente, gostaria de agradecer o convite da Frente Parlamentar. Eu acredito que estamos vivendo uma onda de violência muito grande. Cabe destacar que, nos últimos dias, aumentou a violência devido ao descaso do governo do Estado em relação à segurança pública. Infelizmente, hoje a gente não tem segurança pública, tampouco discussão ou compromisso com a segurança pública. Isso acaba aumentando os números e, nesse caso, os números infelizmente são pessoas, são mulheres, são idosos, são crianças e

adolescentes, são professores que acabam dentro das escolas vivenciando esta violência.

No Conselho Tutelar do Centro, da 8ª região, nós participamos da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente da região Centro. E também acompanhamos as reuniões do Fórum de Segurança da região Centro, e isso tem sido um diferencial bastante grande pra nós, porque a gente tem conseguido discutir a questão da violência na região Centro. Mesmo que ela não esteja localizada em uma comunidade. Porque as comunidades enfrentam mais essa violência. Mas também sofremos muito com a violência.

Em relação às escolas, temos sido bastante parceiros, porque a escola, além de em muitos momentos os professores sofrerem essa violência, os diretores, as orientadoras educacionais a escola nos informam a violência que essa criança sofre. Porque a escola é a referência, os professores são a referência, a “tia” do SOE é a referência de proteção. Porque, em muitos momentos, não se tem isso em casa ou na comunidade. Então, temos feito um trabalho bastante profundo com a nossa rede. Nos últimos três anos, nos fortalecemos. Temos uma reunião mensal de todos os integrantes de escolas, postos de saúde e demais serviços da Prefeitura. E, uma vez por semana, uma reunião da micro-rede, na qual a gente convida as escolas para participar.

Claro, a nossa realidade da região Centro, por exemplo, ela é diferente das comunidades de vocês. Porque nós temos 45 escolas estaduais dentro da região Centro e no seu entorno. Quinze escolas particulares, apenas duas escolas municipais, e uma é o CMET Paulo Freire, que realiza um excelente trabalho com Educação de Jovens e Adultos e a Escola Porto Alegre, que atende crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, que, infelizmente, a Prefeitura de Porto Alegre tenta fechar. Nós estamos mobilizados contra o fechamento.

A gente trabalha com essa situação diferenciada, mas a gente tem que fazer todos os esforços necessários para construir isso. Nós temos uma

boa relação com o pessoal da Polícia Civil, com o DECA, com a Brigada Militar, com o 1º e o 9º Batalhão, que são os que atendem a nossa região, os 19 bairros que compõem a região Centro.

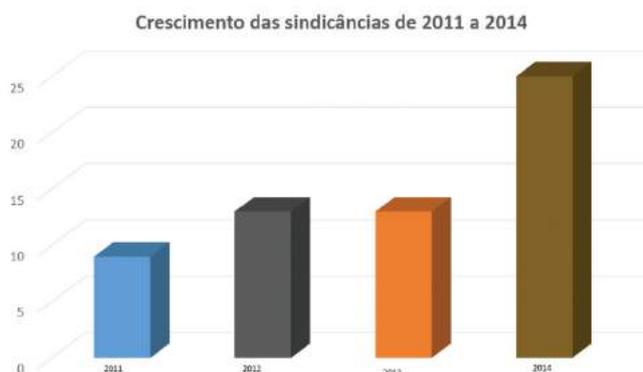
Quero dizer que não é o ideal essa discussão. Aparentemente, a gente conseguiu ter bons exemplos de trabalho, mas a gente precisa aprofundar mais. Sei que, numa sexta-feira à noite, estar discutindo isso é uma questão importante. Parabênizo quem veio discutir esse tema e o trabalho da Frente, porque somente com a discussão, com a crítica e com a proposta e a busca de encaminhamento. Assim, poderemos encaminhar algo ou minimizar nossos problemas. Nas reuniões do nosso Fórum de Segurança, a gente consegue discutir muitas coisas, mas em muitos momentos são poucos os que se fazem presentes. Mas conseguimos fazer algum encaminhamento. Sei que, nas comunidades, porque moro na região da Glória, Cruzeiro e Cristal. Moro a duas quadras da Escola Loureiro, sei da violência e vivo a violência. Sei que não há outra forma de discutir sem estar nesses espaços.

### **13 de novembro – Assédio Moral - Reunião para debater assédio moral contra os professores em Porto Alegre.**

Contou a presença, na mesa de debates, de representantes da ATEMPA, 38º Núcleo do CPERS e da Prof. Márcia Vitorello, Doutora em Educação e Psicanálise.

Essa reunião foi dedicada ao debate da violência que, muitas vezes, os professores sofrem por parte das instituições de ensino como forma de Assédio Moral.

Um tema polêmico que foi levantado pela representante da ATEMPA foi o aumento das sindicâncias nas escolas municipais. O que, segundo a entidade, seria uma forma de intervenção excessiva burocrática da SMED no cotidiano das escolas e que situações que levaram a sindicâncias são situações que poderiam ser resolvidas de outra forma. A seguir, um quadro elaborado de um pedido de informações oficial realizado junto a SMED que ilustra esse crescimento. Em anexo, o pedido de informações e a resposta da SMED.



## **10 de dezembro – Reunião de encerramento do ano**

Realizado na Câmara Municipal e com a participação de professores e estudantes, o evento contou com a presença na mesa, além dos vereadores Prof. Alex Fraga e Fernanda Melchionna, de Silvio Capaverde pela SMED, Franklin dos Santos Filho pela Guarda Municipal, do oficial Carlos Alberto Prado de Andrade pela Brigada Militar, da professora Silvana Moraes pela ATEMPA, da Delegada Sônia Maria pela Secretaria Estadual de Segurança e de Alex Cardoso, estudante da EMEF Neuza Brizola e participante do Movimento Nacional dos Catadores

No início da reunião, o Prof. Alex Fraga fez uma retrospectiva de todos os encontros ocorridos pela Frente Parlamentar Contra a Violência nas Escolas. Na sequência, relatou o caso de um menino da EMEF Afonso Guerreiro Lima que esfaqueou outro estudante no período de troca de turno, em um dia em que nenhum Guarda Municipal estava na Escola.

Outra colocação foi a menção de uma reunião entre o vereador e a Secretária Cleci Jurach, acontecida em 05/11, em que foi informado à SMED que a Frente Parlamentar estava organizando um questionário para mensurar a incidência de ocorrências de violência nos espaços escolares, fato saudado pela secretária, que solicitou que a pesquisa fosse encaminhada à SMED.

Um segundo tema abordado foi o documento orientador para o ano letivo de 2016, que trazia a reestruturação da carga horária de algumas EMEFs, com redução de períodos nas disciplinas de Artes e Educação Física. O Prof. Alex destacou sua

preocupação com essa ação, pois as disciplinas afetadas são naturalmente atrativas para nossas crianças e jovens, estimulando-os a comparecer e frequentar as atividades escolares. Nossa cidade já apresenta uma altíssima taxa de evasão escolar, que poderá ser aumentada com essa ação.

Ao final da reunião, foi feita uma cobrança para a SMED, para que a lei anti-bullying, de 26/03/2010, tivesse um olhar atento por parte da rede municipal, sendo efetivamente colocada em prática, pois muitos dos casos de agressões são decorrentes de pequenos gestos ou atitudes que podem ser banalizados em um primeiro olhar, mas que, no transcorrer dos dias, se agravam, chegando a casos extremos como a tentativa de homicídio citada anteriormente.

Antes de continuar a reunião, mencionou o depoimento do Juiz criminal Sidinei Brzuska, em reunião do lançamento do Mapa dos Direitos Humanos e da Segurança no dia 08 de dezembro, em que falou que a maioria dos detentos do sistema prisional são evadidos das escolas entre o 5º e o 6º ano do Ensino Fundamental e que, a cada ano de permanência depois dessas séries, reduz-se em 10 % a chance de encarceramento. Isso nos leva a crer que as políticas públicas de combate à violência e à criminalidade devem ser reestruturadas, pois a pura e simples repressão não vem controlando, nem sequer coibindo, o aumento das ocorrências. A valorização dos espaços escolares e a oferta de atrativos para evitar a evasão podem contribuir drasticamente para diminuir tais índices negativos.

O vereador relatou a proposta de emenda ao orçamento de 2016, onde sugeriu a destinação de R\$ 150.000,00 para a elaboração e efetivação de um programa de combate a violência nas escolas. Embora o valor da emenda tenha sido rebaixado para R\$ 100.000,00, ela foi aprovada e permanecemos no aguardo de que essa dotação orçamentária possa contribuir para combater esse mal, que afeta todos os envolvidos nos processos educativos.

Como presidente da Frente Parlamentar contra a Violência nas Escolas, pediu para a Presidente da CEDECONDH, Fernanda Melchionna, uma audiência pública para debater o fechamento dos EJA nas escolas Neuza Brizola e João Goulart. Como esses estabelecimentos de ensino trabalham com uma população em extrema vulnerabilidade

social e em locais dominados pelo tráfico de entorpecentes, tais fechamentos impedirão que seus alunos concluam seus estudos, pois não poderão ocupar as vagas oferecidas em outras escolas da rede, situadas em comunidades controladas por grupos rivais dos que dominam a região de suas residências. Esses fechamentos contaram com a anuência das direções escolares que não consultaram as comunidades escolares sobre a interrupção dos serviços.

A seguir, transcrições de falas de integrantes da mesa:

### **Vereadora Fernanda Melchionna**

Serei muito breve, pois hoje, Dia Internacional dos Direitos Humanos, 10 de dezembro, nós temos outras atividades, mas não podia me furtar de comparecer à atividade de encerramento da Frente por duas razões: uma pelo fechamento do EJA das Escolas Neuza Brizola e João Goulart, onde, na reunião da comissão, tiramos como encaminhamentos oficial a Secretária pedindo uma reunião para receber os vereadores e as comunidades escolares e fazer esse debate como forma de mais uma atividade de luta no final de ano, pois sabemos que essas mobilizações precisam ser fortalecidas para garantir que não fechem, como no caso da Escola Porto Alegre, onde houve uma combinação de apoio popular, iniciativa jurídica e política, também nas esferas das comissões. Conforme a brilhante fala da Anezia (professora e diretora da ATEMPA): “Hoje é uma, amanhã será outra”, evidenciando que essa é uma política preocupante de governo, atacando a população dos EJA, justamente aquela que foi tolhida do seu direito de estudar por uma série de razões: trabalho, desigualdade social, ou mesmo pela evasão escolar, como o Professor Alex falava, 30.000 pessoas evadiram das escolas, tanto no ensino fundamental (70%), quanto no médio (30%). É importante que tenhamos políticas para que as crianças retornem, mas também a Educação de Jovens e Adultos, para quando as pessoas já

estiverem trabalhando, voltar a estudar em um horário adequado e em um ambiente que permita que haja dignidade e respeito às relações de território dessas pessoas.

A segunda coisa, que o Brzuska falou e que achei interessante, é que, a cada uma série a mais de estudo, diminui em 10% a possibilidade de envolvimento em algum tipo de crime ou delito. Muito longe de dizer que quem não estudou vai cometer algum crime, ao contrário, mas a população carcerária brasileira tem um perfil: pobre, com baixa escolaridade, negros, da periferia, o que tem a ver com uma lógica de seletividade de encarceramento e mostra, por outro lado, que o debate de segurança é muito mais complexo, não cabe somente a segurança ostensiva ou preventiva, Darcy Ribeiro já dizia: “Não é possível um policial em cada esquina, é preciso uma escola a cada espaço do bairro”, é preciso política de assistência, é necessário ter lazer para prevenir de fato, lá atrás, e de fato romper o ciclo vicioso de uma sociedade que está extremamente comprometida com a desigualdade socio-espacial.

O nosso mapa também constatou que, justamente as áreas que têm menor Índice de Desenvolvimento Humano, que têm menor expectativa de vida, que têm maior mortalidade infantil, são as áreas que têm menos equipamentos públicos e que, ao mesmo tempo, os programas habitacionais de baixa renda estão sendo feitas, ou seja, é a reprodução da desigualdade socio-espacial que tolhe as pessoas dos direitos. Se pegarmos as Ilhas, que é onde temos os mais baixos índices de desenvolvimento humano e todas essas questões, é um dos bairros que têm UM serviço de assistência social, somente um. Então, é um quadro extremamente preocupante e acho muito interessante essa abordagem que a Frente faz.

Eu ia subir com alguns livros, mas tivemos que incluir uma pequena errata com dois percentuais que saíram trocados. Tem uma pesquisa muito interessante feita pelo Marcus Vianna, que fala dos conceitos de violência na escola, da escola e contra a escola, e que tem muito a ver com a fala do vereador Prof. Alex, e que traz os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, da única pesquisa brasileira que eu conheço sobre vitimização no Brasil (que não tem em Porto Alegre) e que os professores identificam como as maiores preocupações as questões da violência nas escolas, uma pesquisa em que tu ouve as vítimas e tenta mensurar o grau de violência dentro das escolas.

A segunda coisa pela qual fiz questão de estar aqui é para parabenizar o trabalho do Prof. Alex, eu acho que a Câmara precisava se debruçar sobre esse tema, a gente tem uma comissão permanente que é a Comissão de Educação, e ela tem várias pautas que vão correndo ao longo do ano e a contribuição sistemática, permanente, a compilação, os debates que a Frente fez ao longo do ano vão permitir um espaço de juntar esses atores sociais: os professores, a ATEMPA, o SIMPA, botar os governos sob pressão e fazer com que as leis que existem sejam efetivadas, para que de fato as políticas públicas existam, assim como a emenda. Seria interessante que houvesse um projeto para que o governo não contingencie esses recursos, pois sabemos bem como é..., depois da sanção, agora, nesse ano, nós tínhamos uma emenda de R\$ 100.000,00 para equipar as bibliotecas municipais que o governo não executou, muito embora tivesse projeto, eles contingenciaram recursos, então, isso é um salto de qualidade no trabalho da Câmara de Vereadores e no trabalho abnegado em defesa das nossas escolas e de trazer essa visão e essa pauta, que, muitas vezes, fica na invisibilidade tanto dos governos, quanto dos parlamentos, e a Frente tem essa função permanente. Hoje, o Alex

fez uma intervenção de 15 minutos no Grande Expediente do Plenário, trazendo todos esses debates, como tem feito sistematicamente ao longo desses meses. Então, eu queria te parabenizar, não podia deixar de, na última reunião, vir aqui cumprimentar o teu trabalho e dizer a importância que tu tens feito nas pautas da educação aqui, no Parlamento, e na Comissão de Direitos Humanos. Parabéns!

### **Alex Cardoso, estudante da modalidade EJA da rede**

Destacou a importância da sociedade organizada na luta pela ampliação dos direitos básicos dos cidadãos. Ratificou a fala dos vereadores sobre os processos geradores de violência e criminalidade. Criticou a fala do prefeito Fortunati, em pronunciamentos nos veículos de comunicação, de que “o EJA tem 10 estudantes e 20 professores”, ressaltando que, se estivesse na condição de prefeito, iria buscar a veracidade das informações, pois esses dados estão errados. Citou, também, seu exemplo de vida, pois passou 20 anos sem estudar e encontrou a oportunidade de avançar a partir da forma correta, que é a educação, seus estudos. Manifestou indignação com relação ao fechamento de EJAs em duas escolas, destacando toda a luta da comunidade desde o ano de 1994, fruto de muita mobilização a partir da organização dos moradores.

Na sequência, o Prof. Alex Fraga lembrou que, na reunião da CEDECONDH, a representante da SMED trouxe dados que divergiam dos divulgados pelo prefeito, dizendo que ela própria tinha visitado, por duas vezes, uma das escolas e, no primeiro dia, havia 8 alunos e, no seguinte, 40. Isso demonstra, para o vereador, que o prefeito está mal informado ou mal intencionado e as duas coisas são lamentáveis. Saudou a participação do representante da comunidade e afirmou que essa Frente Parlamentar acredita que a educação é uma saída para contornar e controlar o problema da violência e esse fechamento tende a piorar a situação da região.

## **Franklin dos Santos Filho - Guarda Municipal**

Ao anunciar a fala do representante da Guarda Municipal, o Prof. Alex lembrou da falta de efetivo e o corte das horas-extras e perguntou se a Guarda e a Secretaria de Segurança tinham um planejamento estratégico para tentar minimizar o problema da violência nos ambientes escolares para o ano de 2016.

O servidor informou que a determinação do orçamento para as horas-extras não é feito pela Secretaria de Segurança e, apesar de a pasta fazer apontamentos de quantas seriam necessárias para que o serviço fosse atendido de forma razoável, ao longo do tempo percebeu-se um aumento no número de adoecimentos no quadro de servidores da Guarda e das licenças médicas, que prejudicam o cumprimento de suas atribuições, não sendo, segundo ele, o aumento de horas-extras que resolveria o problema. O mais importante, para Franklin, seria um incremento no orçamento da pasta. Sobre o efetivo, dos 632 cargos existentes, 140 estavam em vacância, e um concurso em andamento, com prova marcada para os próximos dias, poderia melhorar o quadro, caso as vagas abertas fossem preenchidas.

Franklin ressaltou que a instituição tem outras atribuições: além de garantir a segurança das escolas, também atua junto a postos de saúde, hospitais, parques, dá apoio aos agentes de fiscalização, aos abrigos, albergues e a todos os demais serviços da prefeitura. Disse, também, que certamente a figura de um guarda municipal inibe a prática de atos infracionais por parte dos jovens, porém, acredita que nem mesmo isso impediria o incidente com faca na EMEF Afonso Guerreiro Lima, pois, pelo que levantaram até o momento, os meninos já se ameaçavam anteriormente.

O servidor ressaltou que, dentro da escassez de recursos, a Guarda tenta acompanhar com guarnições motorizadas os horários de entrada, recreio e saída nos três turnos de aula. Infelizmente, disse ele, não há possibilidade de garantir o atendimento a todas as escolas, pois as guarnições são divididas em 10 regiões e cada uma delas pode cobrir apenas duas escolas próximas no mesmo período, pela diferença do tempo entre os sinais sonoros de cada estabelecimento. A guarda analisa pontualmente cada caso e avalia onde é prioritária a presença física fixa dos seus servidores.

## 5 PESQUISA DE PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA ENTRE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

### Metodologia da Pesquisa

A Frente Parlamentar Contra a Violência nas Escolas realizou uma pesquisa sobre percepção da violência escolar entre professores de Escolas Municipais de Ensino Fundamental. Essa pesquisa foi pensada em conjunto com a professora do Magistério Municipal e Mestre em Educação pela UFRGS **Carla Patrícia Pintado Núñez**.

A pesquisadora estava realizando um Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais que tem o título “Violência contra professores da rede municipal de Porto Alegre: reflexões sobre a visão dos docentes” e essa parceria foi essencial para a concretização do nosso trabalho, que ajuda a evidenciar o problema da violência escolar no contexto do trabalho docente em Porto Alegre.

Realizamos a pesquisa com o objetivo de dar seguimento ao projeto de adentrar as diferentes regiões, dialogando com as comunidades escolares, colhendo as contribuições oriundas dos relatos dos professores e, com isso, podermos embasar um diagnóstico a respeito do problema, para assim cobrarmos providências aos órgãos governamentais e até mesmo construirmos futuros projetos legislativos.

A aplicação dos questionários utilizados como ferramenta da pesquisa foi entre os meses de outubro e novembro de 2015. O procedimento primordial da coleta foi aplicar os questionários em reuniões pedagógicas de professores. Não foi solicitada identificação aos professores que responderam as perguntas da pesquisa.

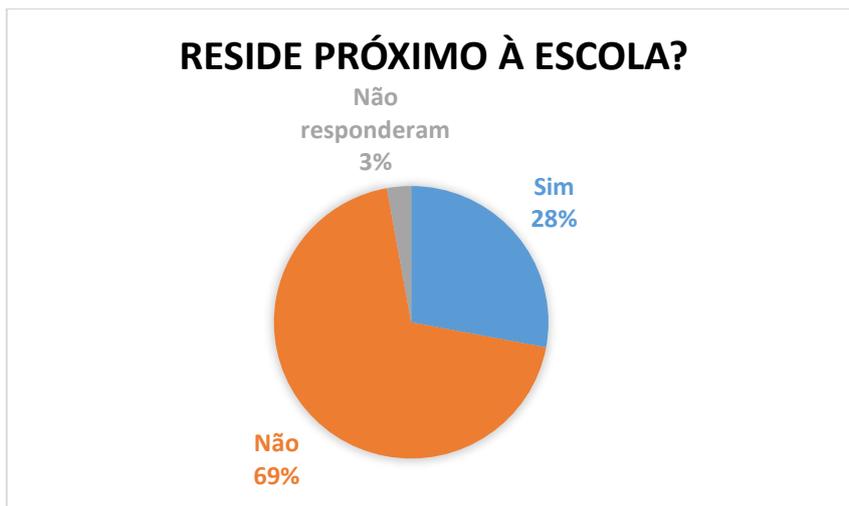
Alguns pontos essenciais para compreendermos as características do levantamento:

- 1 – A pesquisa abrangeu 15 escolas da rede municipal de Porto Alegre de um total de 54 escolas.
- 2 – Os bairros visitados englobam todas as regiões da cidade.
- 3 – O total de alunos que as 15 escolas acolhem é 16. 325.
- 4 – Dos 211 profissionais que preencheram os questionários, com as opções dos seguintes cargos: professores, funcionários da escola, equipe diretiva e membro do

conselho escolar, 195 foram respondidos por professores. Dentre esses professores e os demais funcionários, a média apurada de tempo de trabalho na escola atual é de 6,4 anos e a média de trabalho na rede municipal, 9,3 anos.

\*\*\*\*\*

A seguir, os gráficos baseados nas respostas quantitativas, e a conclusão das respostas qualitativas, dando sequência às perguntas contidas no questionário.



### **Resposta 6.1: Em caso afirmativo – quantos turnos ou horas o serviço fica à disposição?**

As respostas variam muito de acordo com quem respondeu e de acordo com a escola e respectiva região. Há diversas descrições quanto à permanência da Guarda Municipal, das escolas que dispunham do serviço, e dentre essas descrições, estão:

- A Guarda Municipal não permanece em todos os turnos.
- A Guarda Municipal só aparece quando é solicitada em decorrência de algum fato.
- Há presença de guardas municipais 24h por dia / em todos os turnos.
- Há Guarda Municipal somente às vezes.
- Há em dias intercalados.

### **Resposta 6.2: Como você avalia a relação desse profissional com a comunidade escolar?**

Nesta pergunta qualitativa, a avaliação do profissional da Guarda Municipal que se faz presente na escola é, em geral, positiva. Em algumas vezes, o comportamento do profissional é neutro, até mesmo para evitar possíveis desavenças, e é amistosa. De acordo com os relatos, a presença de um guarda inibe alguns comportamentos violentos devido à autoridade que representa.

### **Resposta 7: O que é violência, em sua opinião?**

Abaixo, algumas respostas a esta pergunta qualitativa para representar o todo, já que em geral as respostas são parecidas.

- Tudo que cause sensação de medo, incerteza, insegurança, dor (emocional e física), nervosismo (tensão).
- Tudo o que contrarie o perfil de atos (ações) que fogem aos padrões convencionais da vivência harmoniosa e com diálogo pacífico entre os indivíduos como cidadãos.

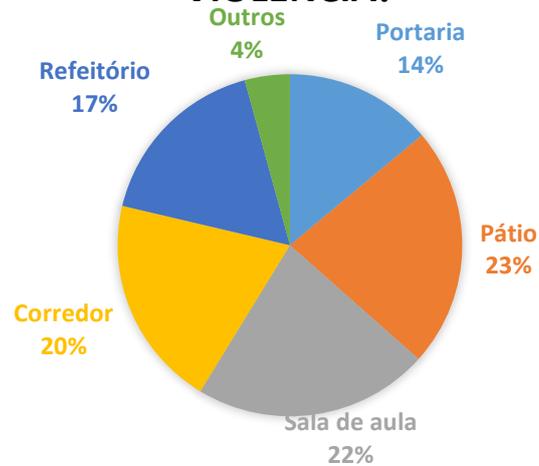
- Violência é a discriminação, é abuso, é *bullying*, é agressão física ou verbal, é autoritarismo, é má remuneração, é corrupção, etc...
- É tudo que agride, fere, machuca o próximo ou a si mesmo, seja fisicamente, e emocionalmente ou psicologicamente.
- É não respeitar o outro, ser grosseiro, agressivo com palavras ou outros meios.
- É toda ação que é feita intencionalmente com o objetivo de causar sofrimento.

O que se observa é que, nas respostas, há uma carga emocional muito grande ao descrever o significado de violência, pois se trata de um assunto delicado, principalmente para o profissional que a sofreu. A violência se manifesta de diversas formas, adentrando em diversas áreas da psique humana e ocasionando, muitas vezes, consequências irreversíveis. Por conseguinte, dentre essas decorrências, as mais frequentes são o prejuízo do andamento da atividade profissional, do convívio familiar, do convívio social e o surgimento de problemas no sistema nervoso.



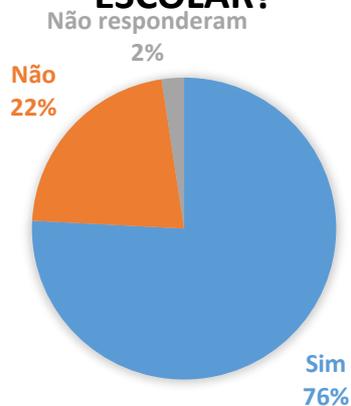
Obs.: No quesito “outros” houve destaque para outras formas de violência, como *bullying* e desrespeito, dentre outros.

## ONDE, NA ESCOLA, OCORREM OS EPISÓDIOS DE VIOLÊNCIA?



Obs.: Além dos locais expostos acima, no quesito outro, houve destaque da citação de outros locais, como o entorno da escola, direção e SOE, dentre outros.

## VOCÊ JÁ SOFREU ALGUMA VIOLÊNCIA NO ESPAÇO ESCOLAR?



Esse dado é o mais assustador: **76% dos professores da Rede Municipal que responderam a pesquisa declaram que já sofreram algum tipo de violência no espaço escolar.** Fica demonstrada a importância do tema de prevenção a violência em nossas escolas.

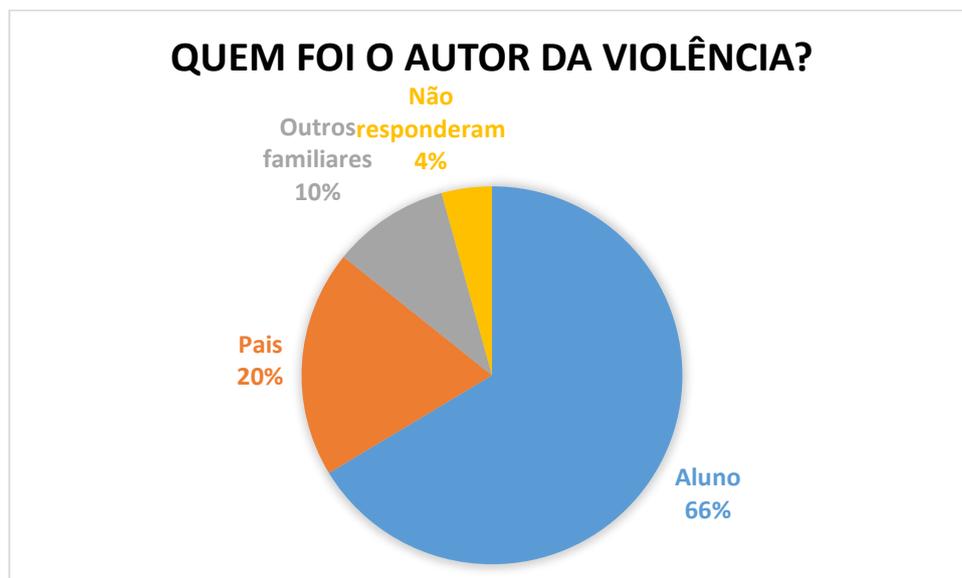


Quando perguntados sobre o tipo de ato violento que os profissionais de educação sofreram, o mais comum são as agressões verbais (34%) e gritos (21%), que juntos, perfazem 55% dos fatos violentos apurados na pesquisa. Mas é importante citar que 8% declaram já ter sofrido agressões físicas, o que, somado aos que declaram terem sido vítimas de “empurrões”, totalizam 15% dos entrevistados (as) declarando já terem sofrido agressões de cunho físico no interior do espaço escolar.



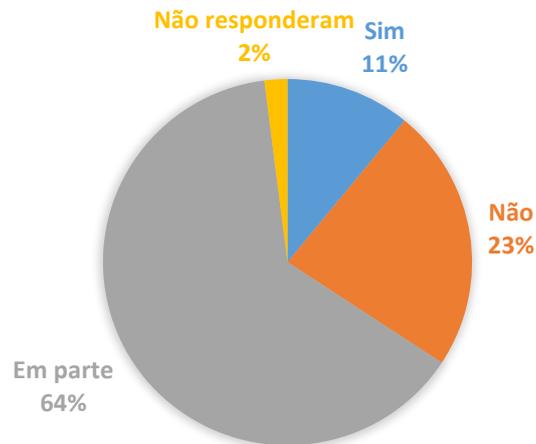
<sup>3</sup> Danos ao Patrimônio Escolar

A sala de aula é o espaço em que 40% dos profissionais em educação entrevistados(as) sofreram episódios de violência. Esse dado aponta para a necessidade de valorização da atividade docente, bem como para a execução de atividades de cunho diverso que apontem um horizonte de uma cultura não violenta.



Os **alunos** foram identificados, em 66% das respostas, como os autores das agressões e os **pais**, por 20% das agressões. Esses dados merecem uma reflexão no sentido de questionar que relações são mantidas pelas instituições de ensino e professores com a comunidade escolar. Existe a necessidade da formulação de um pacto pela educação e pela preservação do espaço escolar como um ambiente democrático e agradável para todos.

### VOCÊ ACHA QUE A ESCOLA OFERECE SUPORTE PARA LIDAR COM A VIOLÊNCIA?

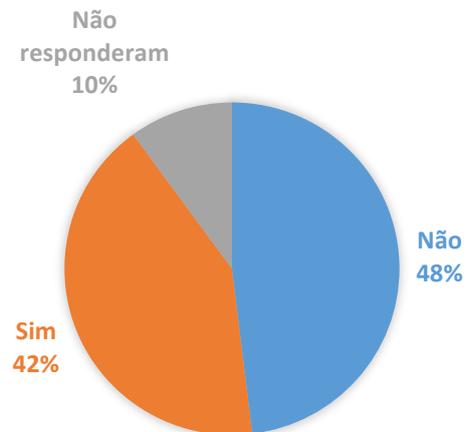


### QUE AÇÕES A ESCOLA IMPLEMENTOU NESTE E NO ÚLTIMO ANO PARA DEBATER O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA?



Dentre as outras atividades proporcionadas pela escola, estão: conversas, caminhadas, criação de projetos, atividades lúdicas, pedagógicas e encaminhamentos.

## VOCÊ JÁ FOI AMEAÇADO POR ALUNOS OU FAMILIARES?

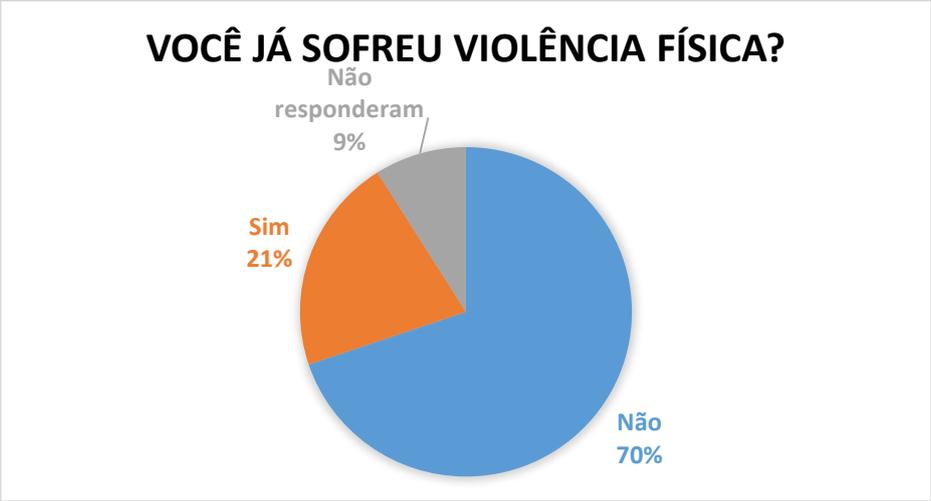


Das respostas afirmativas (42%), 18% responderam que foram vítimas de violência mais de uma vez ou várias vezes.

## VOCÊ JÁ SOFREU VIOLÊNCIA VERBAL DE ALUNOS OU FAMILIARES?



Obs.: Das respostas afirmativas, 33% responderam que sofreram mais de uma vez ou várias vezes.



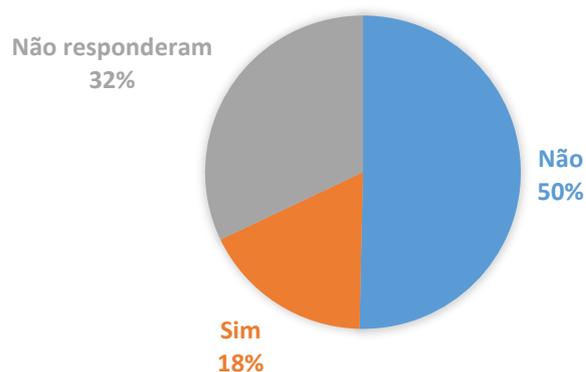
Obs.: Das respostas afirmativas, 4% responderam que sofreram violência física mais de uma vez ou várias vezes.



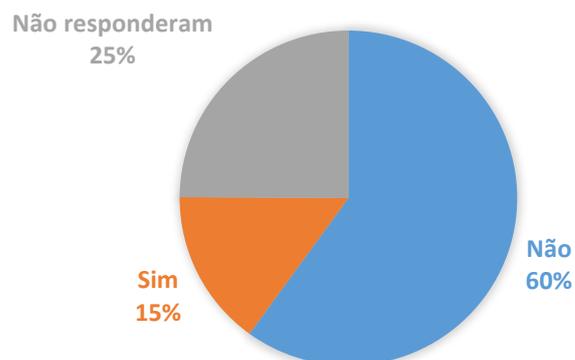
**SE O FATO FOI COMUNICADO, VOCÊ TEVE APOIO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO?**



**VOCÊ FEZ BOLETIM DE OCORRÊNCIA DA AMEAÇA OU AGRESSÃO NUMA DELEGACIA?**



**VOCÊ JÁ TEVE LICENÇA MÉDICA OU PROBLEMAS DE SAÚDE EM FUNÇÃO DE AMEAÇAS, AGRESSÕES OU OUTRA SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NA ESCOLA?**



## 6 RECOMENDAÇÕES

*Aos órgãos integrados:*

1. Definição e implementação de indicadores de avaliação para as políticas de prevenção e combate à violência e abandono escolar;
2. Criação de um registro online (previsto pela Lei Municipal 10.866 de 2010) para ocorrências de violência nas escolas, a serem disponibilizadas ao público em relatório anual, georeferenciado por escola;
3. Criação do Fórum Municipal de Prevenção à Violência nas Escolas (previsto pela Lei Municipal 8.541 de 2000), reunindo representantes de Escolas Municipais e Estaduais, para avaliação dos indicadores;
4. Implementar o projeto de área escolar de segurança junto às escolas integrantes das redes privada e pública, localizadas no Município de Porto Alegre (previsto pela Lei Municipal 573 de 2007)
5. Produção de cadastro integrado das famílias com histórico de crianças com abandono escolar, para prioridade nas políticas públicas de inclusão social, saúde, entre outros.
6. Produção de pesquisa de vitimização sobre violência nas escolas.
7. No caso das Escolas Municipais, contratação via concurso público de, no mínimo, um Guarda Municipal em cada escola da rede, que cubra os três turnos, todos os dias.
8. Realização de atividades de formação continuada para os profissionais em educação sobre o tema da Violência Escolar
9. Elaboração de projetos de Justiça Restaurativa e Mediações de Conflitos nas escolas.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Frente Parlamentar Contra a Violência nas Escolas, no seu primeiro ano de atividades, buscou realizar um trabalho de escuta das comunidades escolares e busca de apontamentos sobre o tema. Como vivemos em um momento de crise da segurança pública e que os casos da violência social cotidiana estampam as páginas de jornais e ocupam a pauta dos telejornais, muitas vezes não percebemos como os processos de reprodução da violência no cotidiano e no nosso trabalho acabam por se refletir nas escolas

Acreditamos que o primeiro passo que deve ser dado é o reconhecimento, por parte da sociedade e dos agentes governamentais, da grandiosidade do problema. Em nosso relatório, fizemos questão de abordar teoricamente o tema da Violência Escolar, no sentido de propor debates e alternativas para a resolução ou minimização do problema. Além disso, destacamos a necessidade de debater a qualidade, a segurança e o bom andamento do espaço escolar, que é o local de trabalho dos profissionais da educação do município e de integração e aprendizagem dos estudantes.

Tendo em vista que a escola tem um papel histórico de construir conhecimento e também possibilidades de sociabilidades democráticas, isso passa por entender as diferentes formas de violência física, inclusive as que podem ser mais “silenciosas”, como os casos de violência simbólica, e todas essas manifestações violentas devem ser tratadas como um problema central das instituições escolares. Em pleno Século XXI, precisamos construir um modelo de educação que realize a conscientização para que, daqui para a frente, fiquem apenas nos livros de História os mais variados preconceitos e também as práticas que chamamos de *Bullying*.

Para isso, nesse primeiro ano de atividades, a Frente Parlamentar construiu, como foco essencial, a situação das escolas da Rede Municipal e a construção de um levantamento abrangente, tanto do ponto de vista quantitativo quanto do qualitativo, com coleta de dados, relatos e recomendações junto aos profissionais do município. Mas acreditamos que o trabalho deva ser ampliado para as outras redes de ensino público e também realizar um diálogo com as instituições privadas, bem como com o restante da comunidade escolar.

Os relatos de caso publicados nesse relatório evidenciam como a violência ocorre e a pesquisa desenvolvida, que colheu dados entre os professores e as professoras da Rede Municipal, evidenciam que a intensidade do problema vinculado à Violência Escolar exige resposta séria, ampla e imediata do poder público e da sociedade e, assim, esperamos continuar nossa contribuição no combate a essa problemática.

## 8 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. Violência nas escolas: o bê-á-bá da intolerância e da discriminação. In. OLIVEIRA, H (Org). Direitos negados: a violência contra a criança e o adolescente no Brasil (p. 29-53). Brasília. UNICEF. 2006. p. 19.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015.

Correio do Povo. Escola suspende aulas após caso de agressão a professoras na Lomba do Pinheiro. Disponível em:

<<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/542436/Escola-suspende-aulas-apos-caso-de-agressao-a-professorasna-Lomba-do-Pinheiro>>. Acesso em 19 de agosto de 2015.

Correio do Povo. Professor agredido por tio de aluno é afastado para licença médica em Porto Alegre. Disponível em:

<<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/534389/Professor-agredido-por-tio-de-aluno-e-afastado-para-licencamedica-em-Porto-Alegre>>. Acesso 19 de agosto de 2015.

Diário Gaúcho. Oito escolas fecharam por violência em Porto Alegre neste ano. Disponível em: <<http://diariogaucha.clicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2015/07/oito-escolas-fecharam-por-violencia-em-porto-alegre-neste-ano-4792633.html>>.

Acesso em 02 de julho de 2015.

KOPITTKE, A. W.; BASSANI, F. (Org.). Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre 2014. Porto Alegre: Bestiário, 2014. 270 p.

Lei Municipal de Porto Alegre nº 10.866, de 26 de março de 2010, que dispõe sobre o desenvolvimento de política “antibullying” por instituições de ensino e de educação infantil públicas municipais ou privadas, com ou sem fins lucrativos.

Lei Municipal de Porto Alegre nº 11.227, de 5 de março de 2012, estabelece medidas preventivas e orientadoras destinadas a inibir qualquer forma de violência contra professores da Rede Municipal de Ensino.

Lei Municipal de Porto Alegre nº 8541, de 04 de julho de 2000, institui o Programa de Prevenção à Violência nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre.

PRIOTTO, Elis Palma; BONETI, Lindomar Wessler. Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola. Rev Diálogo Educ. 2009;9(26):161-79.

PRÖGLHÖF, Patrícia Nogueira. Violência nas escolas. In: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015. São Paulo, 2015.

Zero Hora. Jovem esfaqueado perto do Protásio Alves tem alta e, com medo, não voltará ao colégio. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/07/jovem-esfaqueado-perto-do-protasio-alves-tem-alta-e-commedo-nao-voltara-ao-colegio-4801487.html>>. Acesso em 19 de agosto de 2015.

# **ANEXOS**

## Questionário sobre Violência nas Escolas da Rede Municipal

- 1) Nome da Escola :
- 2) Bairro:
- 3) Número de alunos:
- 4) Marque com X qual (is) seu (s) vínculo(s)  
 Professor     Funcionário     Equipe Diretiva     Membro do Conselho Escolar  
 Outro, qual: \_\_\_\_\_  
Tempo de trabalho nessa escola: \_\_\_\_\_ anos. Tempo de trabalho na rede municipal: \_\_\_\_\_ anos.
- 5) Reside próximo à escola?  Sim  Não
- 6) Existe Guarda Municipal ou Policial Militar na portaria.  Sim, GM.     Sim, PM.     Não
  - 6.1) Em caso Afirmativo – quantos turnos ou horas o serviço fica a disposição? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
  - 6.2) Como você avalia a relação desse profissional com a comunidade escolar?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 7) O que é violência em sua opinião?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 8) De que forma ela se manifesta na sua escola?  
 gritos     agressão verbal     ameaças     empurrões     agressão física     danos ao patrimônio material da escola     outro: \_\_\_\_\_
- 9) Onde na escola ocorrem os episódios de violência?  
 na portaria     no pátio     na sala de aula     no corredor     no refeitório  
 outro: \_\_\_\_\_
- 10) Você já sofreu alguma violência no espaço escolar?  Sim  Não
- 11) Que tipo de violência?  
 gritos     agressão verbal     ameaças     empurrões     agressão física     danos ao patrimônio material da escola     outro: \_\_\_\_\_
- 12) Onde ocorreu esse episódio?  
 na portaria     no pátio     na sala de aula     no corredor     no refeitório  
 outro: \_\_\_\_\_
- 13) Quem foi o autor da violência? \_\_\_\_\_
- 14) Você acha que a escola oferece suporte para lidar com a violência?  Sim  Não  Em parte.
- 15) Que ações a escola implementou neste e no último ano para debater o fenômeno da violência?  
 Oficinas  palestras  cursos  reuniões  leituras  outros \_\_\_\_\_

16) Que práticas poderiam ser adotadas para o combate à violência nas escolas:

Pelos alunos \_\_\_\_\_

Pelos professores \_\_\_\_\_

Pela Direção \_\_\_\_\_

Pela comunidade escolar \_\_\_\_\_

Pelo Governo \_\_\_\_\_

17) Você já foi ameaçado por alunos/ familiares? ( ) não ( )sim, \_\_\_\_\_ vezes.

18) Você já sofreu violência verbal de alunos/familiares? ( ) não ( )sim, \_\_\_\_\_ vezes.

19) Você já sofreu violência física de alunos/familiares? ( ) não ( )sim, \_\_\_\_\_ vezes.

**Em caso de ter sofrido algum tipo de ameaça ou violência.**

20) Você teve apoio da direção da escola? ( ) não ( )sim ( )em parte

21) O fato foi comunicado à SMED ? ( ) não ( )sim

22) Se o fato foi comunicado, você teve apoio da secretaria de educação?

( ) não ( )sim ( )em parte

23) Você fez boletim de ocorrência da ameaça ou agressão numa delegacia?

( ) não ( )sim

24) Você já teve licença médica ou problemas de saúde em função de ameaças, agressões ou outra situação de violência na escola? ( ) não ( )sim, \_\_\_\_\_ vezes.

25) Em caso de ter sofrido ameaça ou violência, gostaria de relatar mais alguns detalhes dos fatos?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Os dados apresentados neste instrumento poderão ser usados em Trabalho de Conclusão de Licenciatura em Ciências Sociais da UFRGS sobre Violência nas escolas municipais de Porto Alegre e em relatórios da Frente Parlamentar Contra Violência nas Escolas.

Se desejar contribuir de mais alguma forma com esta pesquisa, deixe seus dados para contato:

Nome: \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

telefones: \_\_\_\_\_

Ou entre em contato: [carla.pintado@ufrgs.br](mailto:carla.pintado@ufrgs.br) ou [vianna.marcus@gmail.com](mailto:vianna.marcus@gmail.com)



**Câmara Municipal**  
de **Porto**  
**Alegre**

**Ofício nº 001/2016**

**Para:** Secretaria Municipal de Segurança Pública

**De:** Gabinete do Vereador Prof. Alex Fraga.

**Data:** 15 de Fevereiro de 2016

**Assunto:** Solicitação de informação sobre planejamento para redução de violência nas escolas

---

Prezado Sr. José Freitas

Venho através deste solicitar informação a essa Secretaria a respeito de algum tipo de estratégia que possa estar sendo planejada para o ano de 2016, a fim de minimizar os casos de violência nas escolas.

Desde já agradeço a atenção.

Atenciosamente,

Vereador Prof. Alex Fraga

Presidente da Frente Parlamentar Contra a Violência nas Escolas



**Câmara Municipal**  
de **Porto**  
**Alegre**

**Ofício nº 002/2016**

**Para:** Secretaria Municipal de Educação

**De:** Gabinete do Vereador Prof. Alex Fraga.

**Data:** 15 de fevereiro de 2016

**Assunto:** Solicitação da efetiva aplicação das Leis descritas abaixo.

---

Prezada Sra. Cleci Maria Jurach,

Venho através deste solicitar, respeitosamente, de acordo os levantamentos decorrentes dos trabalhos da Frente Parlamentar Contra a Violência nas Escolas, a efetiva aplicação de algumas Leis vigentes no município de Porto Alegre, relacionadas a seguir:

Lei 8.541/2000 - Institui o Programa de Prevenção à Violência nas escolas da rede municipal de ensino de Porto Alegre

Lei 11.227/2012 - Estabelece medidas preventivas e orientadoras destinadas a inibir qualquer forma de violência contra professores da rede municipal de ensino.

Lei 573/2007 - Cria a área escolar de segurança junto às escolas integrantes das redes privada e pública, localizadas no Município de Porto Alegre, possibilita às Comissões de Segurança Escolar – CSE – sugerir às autoridades competentes medidas relativas ao problema de segurança na escola e nas áreas escolares de segurança e dá outras providências.

Lei 10.866/2010 - Dispõe sobre o desenvolvimento de política “antibullying” por instituições de ensino e de educação infantil públicas municipais ou privadas, com ou sem fins lucrativos.

Desde já agradeço a atenção.

Atenciosamente,

Vereador Prof. Alex Fraga

Presidente da Frente Parlamentar Contra a Violência nas Escolas



# Câmara Municipal de Porto Alegre

## Ofício nº 003/2016

**Para:** Gabinete do Comandante Geral da Brigada Militar

**De:** Gabinete do Vereador Prof. Alex Fraga.

**Data:** 15 de Fevereiro de 2016

**Assunto:** Sugestões provenientes dos encontros da Frente Parlamentar Contra a Violência nas Escolas.

---

Prezado Comandante Geral da Brigada Militar Cel. Alfeu Freitas Moreira

Venho através deste, respeitosamente, como Presidente da Frente Parlamentar Contra a Violência nas Escolas da Câmara de Vereadores do município de Porto Alegre, levar a Vossa Senhoria alguns apontamentos surgidos ao longo das reuniões ocorridas no ano de 2015.

Debateu-se em nossos encontros o importante papel desempenhado pela Brigada Militar na mediação de conflitos envolvendo as comunidades escolares, porém também teve destaque o fato de que intervenções mal planejadas ou mal executadas podem agravar algumas situações. Tentando contribuir para a qualificação dos serviços prestados por essa Instituição, sugiro em nome dos participantes da Frente Parlamentar supracitada, a formação de um grupo nessa corporação destacado para estabelecer um vínculo direto com as escolas com o intuito de visitar, orientar e integrar a Brigada Militar ao cotidiano das crianças e adolescentes, visando melhorar a relação dessa com as comunidades escolares, principalmente em regiões periféricas dessa Capital.

Aproveito também para sugerir ao Departamento de Ensino, ligado a essa Instituição, a organização de um curso preparatório aos policiais integrantes das patrulhas escolares, com a finalidade de qualificar seus recursos humanos nas intervenções e mediação de conflitos nos espaços escolares.

Desde já agradeço a atenção.

Atenciosamente,

Vereador Prof. Alex Fraga

Presidente da Frente Parlamentar Contra a Violência nas Escolas



**Câmara Municipal**  
de **Porto**  
**Alegre**

**Ofício nº 004/2016**

**Para:** Secretaria Estadual de Educação

**De:** Gabinete do Vereador Prof. Alex Fraga.

**Data:** 15 de Fevereiro de 2016

**Assunto:** Solicitação de atenção especial para reformas necessárias em escolas estaduais

---

Prezado Secretário Estadual de Educação, Sr. Viera da Cunha

Venho através deste solicitar, respeitosamente, à Vossa Excelência atenção especial em relação às necessárias reformas nas Escolas Estaduais Protásio Alves e Odila Gay da Fonseca. Nos últimos tempos, diversos relatos provenientes dessas comunidades escolares vêm chegando ao gabinete do vereador que lhe subscreve, dando conta das péssimas condições estruturais em que se encontram tais instituições de ensino.

Tendo ciência da grande responsabilidade e da imensa demanda de trabalho da pasta ocupada pelo Excelentíssimo Secretário, colaboro por meio desse ofício na tarefa de fiscalizar os próprios estaduais, visando qualificar os serviços essenciais prestados pela SEDUC.

Desde já agradeço a atenção.

Atenciosamente,

Vereador Prof. Alex Fraga